

1



História Oral do Supremo
[1988-2013]

Rafael Mayer

Fernando de Castro Fontainha
Rafael Mafei Rabelo Queiroz
Leonardo Seiichi Sasada Sato
[orgs.]



1

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO



Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição – Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Fechamento da 1ª edição em fevereiro de 2015

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Coordenação ■ Sacha Mofreita Leite, Thaís Teixeira Mesquita e Rodrigo Vianna

Projeto gráfico e capa ■ eg.design Evelyn Grumach

Diagramação ■ eg.design Tatiana Buratta

Revisão ■ Marcia Glenadel Gnanni

História oral do Supremo (1988-2013), v.1: Rafael Mayer / Fernando de Castro Fontainha, Rafael Mafei Rabelo Queiroz, Leonardo Seiichi Sasada Sato (orgs.) / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. - Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2015.

84 p.

Em colaboração com a Direito GV e o CPDOC.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-63265-43-2

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Mayer, Luiz Rafael, 1919-2013. I. Fontainha, Fernando de Castro. II. Queiroz, Rafael Mafei Rabelo. III. Sato, Leonardo Seiichi Sasada. IV. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. V. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. VI. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CDD – 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à FGV DIREITO RIO

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22250-900

55 (21) 3799-5445

www.fgv.br/direitorio

1

História Oral do Supremo **<1988-2013>**

Rafael Mayer

Fernando de Castro Fontainha

Rafael Mafei Rabelo Queiroz

Leonardo Seiichi Sasada Sato

(orgs.)

Sumário

1	Apresentação	06
2	Prefácio à entrevista do ministro Rafael Mayer	08
3	Roteiro do ministro Rafael Mayer	16
	Fontes	20
4	Entrevista com o ministro Rafael Mayer	24
	Apresentação e origens familiares	25
	Atuação familiar na política local	27
	Formação acadêmica básica; estudos ginasiais	29
	Escolha da carreira de advogado; entrada na Faculdade de Direito com o ministro Djaci Falcão; influência do Estado Novo na faculdade que foi sitiada; participação esquerdista/pró-abertura política no diretório acadêmico	31
	Exercício do cargo de prefeito de Monteiro; exercício do cargo de advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiações e Tecelagens, de Paulista; exercício do cargo de promotor	39
	Atuação como subprocurador geral do Estado; mudança para o Rio de Janeiro; atuação como procurador do CADE; atuação como assessor jurídico no Ministério do Interior; atuação como procurador da SUFRAMA; integra o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil	47

Posição política frente aos acontecimentos marcantes da época com o AI-5 e a influência destes na sua função de operador do Direito; relacionamento com o presidente Geisel; mudança para Brasília	53
Indicação para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; sabatina; cerimônia de posse; montagem do Gabinete	58
Discorre sobre a mudança para a função de juiz que até então não havia exercido; discorre sobre o funcionamento do tribunal e sobre quais matérias eram efetivamente discutidas em plenário e quais eram tratadas "intramuros"; independência do STF frente ao Executivo; criação do STJ	64
Atuação no Superior Tribunal Eleitoral; influência na Constituinte; relação entre o STF e o Senado; adequação do STF à CF de 1988; atuação no STF; atuação acadêmica; atuação nos Ciclos Operários de Pernambuco; vida religiosa	69
5 Equipe do projeto	80

1

Apresentação

Joaquim Falcão, Diretor da FGV DIREITO RIO

Oscar Vilhena Vieira, Diretor da FGV Direito SP

Celso Castro, Diretor do FGV/CPDOC

Em cinco de outubro de 1988, foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e foi promulgada a nossa Constituição Federal, vigente até hoje. Chamada por Ulysses Guimarães de “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social”, a CF/88 é marco inquestionável de uma nova fase da história do Brasil.

Desde então, tem havido uma grande convergência intelectual, um enorme esforço dos acadêmicos brasileiros para compreender o impacto deste documento no Brasil contemporâneo. Várias áreas das ciências humanas, por meio de diversas abordagens, vêm privilegiando estudos em que a nossa Constituição e o Supremo Tribunal Federal encontram centralidade.

Várias são as instituições e atores sociais que, no seu dia a dia, dão vida e existência concreta à nossa Constituição. Neste contexto, surgiu a ideia de contribuir de forma inovadora para este tão profícuo e importante debate: a aplicação do método-fonte-técnica da História Oral ao Supremo nesses primeiros vinte e cinco anos de vigência da Constituição.

Seguindo sua tradicional missão institucional de contribuir para o conhecimento e o aprimoramento das instituições democráticas e republicanas do Brasil, a Fundação Getúlio

Vargas decidiu mobilizar esforços no sentido da construção de uma inédita base de dados qualitativos sobre o Supremo, composta por entrevistas realizadas com aqueles que compuseram a corte entre 1988 e 2013.

Para tanto, uniram-se as suas duas escolas de Direito, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a Escola de Ciências Sociais/CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Ambas as escolas de Direito da FGV, mesmo com apenas pouco mais de dez anos de atividade, já se firmaram no ensino jurídico nacional como instituições propulsoras de um pensamento arrojado, inovador, multidisciplinar e conectado com os desafios da atualidade. E em um olhar sobre o Brasil. Já o CPDOC traz quase quarenta anos de expertise em pesquisas em História Oral, uma vez que atua nesta frente de trabalho desde 1975.

Este volume, assim, é parte integrante do projeto “História Oral do Supremo”, uma contribuição da FGV para a história contemporânea do Brasil. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará a narrativa do ministro Rafael Mayer sobre sua própria trajetória, marcada notadamente pela atividade de magistrado na nossa mais alta corte. Boa leitura! 

2

**Prefácio à entrevista do
ministro Rafael Mayer**

**Nelson Jobim
Fernando Fontainha**

— Esta pesquisa pretende trazer às comemorações dos 25 anos da Constituição Federal um novo discurso científico sobre a Suprema Corte brasileira: sua história oral. Numa empreitada da FGV DIREITO RIO, em conjunto com a Direito GV e o CPDOC, pretende se reconstruir e reinterpretar a história recente do STF a partir de entrevistas com os magistrados que a compuseram nestes últimos 25 anos, com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral. A perspectiva dos atores que compuseram a corte e a maneira como eles reinterpretem fatos à luz de experiências vividas permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história recente do Supremo. Contando-nos a história da sua relação com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Sete etapas foram previstas para a realização da pesquisa: (1) um breve programa de capacitação metodológica a ser ministrado pelos pesquisadores aos assistentes de pesquisa e bolsistas de iniciação científica, (2) a coleta de dados sobre o STF no período em questão, (3) a coleta de dados específica sobre cada um dos ministros a serem entrevistados, (4) a consolidação dos dados coletados e a elaboração dos roteiros de entrevista, (5) a realização das entrevistas com os ministros, (6) o tratamento e a análise dos dados coletados, e, finalmente, (7) a elaboração dos produtos finais da pesquisa, entre os quais se destaca a presente entrevista com o ministro Rafael Mayer.

O que efetivamente esta pesquisa visa produzir é uma *história oral temática*, não uma história oral tradicional, no seu sentido mais amplo. O que se pretende é a construção de uma *biografia institucional* do STF com o marco temporal da vigência da Constituição Federal de 1988, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de *biografia coletiva* daqueles que o integram e o integraram nesse período. O interesse é estabelecer conexões entre a *trajetória* dos seus ministros e ex-ministros – e não sua biografia ou sua história de vida – e a corte. Note-se a existência de uma dupla pers-

pectiva: individual e institucional. Num primeiro momento, deve-se investigar como foram construídas trajetórias profissionais que permitiram o ingresso dos nossos colaboradores no STF. Em seguida, é preciso constatar como a experiência de ser um ministro daquela corte vai complementar suas trajetórias, marcar suas vidas.

Tornar-se parte e habitar uma instituição implica um processo longo, complexo e reflexivo. Do ponto de vista estritamente formal, podemos extrair um critério básico que distinga *insiders* e *outsiders* do STF, e que foi crucial para o recorte da população de entrevistados: existe um procedimento objetivo e racional de escolha, investidura e exercício das funções de ministro. No entanto, este critério não nos leva mais longe. É necessário ver para além dos requisitos e procedimentos legais de admissão, bem como além dos misteres funcionais dos ministros do Supremo. Cada um dos colaboradores entrevistados traz na sua trajetória um acúmulo de *capital social* (jurídico, político, econômico...) que sustentou seu ato de candidatura e permitiu seu ingresso efetivo na corte, bem como autorizou ou limitou seu *repertório de ação* enquanto ministro da corte.

Um dos problemas de pesquisa enfrentados foi: como se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo” e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alçar alguém à posição de “supremável”. Portanto, além de mapear essas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no

Direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF.

Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo. O longo processo de ingresso na corte, compreendendo estas três etapas – acúmulo de capital social ao longo de uma trajetória, planejamento estratégico de um ato de candidatura e procedimento formal de investidura no cargo – pode nos fornecer chaves imprescindíveis para determinar o quadro interacional e institucional dentro do qual cada ministro se encontrava ao ingressar na corte e qual sua força compromissória na continuidade da sua atuação.

A alçada ao estatuto de ministro do Supremo é fato que inaugura novo capítulo na trajetória de qualquer jurista. Assim, viver experiências semelhantes produz trajetórias semelhantes e discursos sincrônicos: uma memória coletiva da instituição. No entanto, não podemos esperar que assim ocorra, não apenas porque as experiências vividas por cada indivíduo podem conter particularidades: a maneira como eles vivem e relatam essas experiências – ainda que as vivenciem – pode ser diferente.

É neste ponto que se reafirma a necessidade de construir determinantes estáveis a partir de todo o processo que culminou com o efetivo ingresso na instituição. Ainda que não se consiga precisar como atua um ministro do STF, teremos parâmetros minimamente objetivos para mapear algumas continuidades acerca de repertórios de ação de um ministro do STF. No lugar dos conceitos de status e função, devemos considerar o *papel* que cada um deles ocupa e desempenha no seio e diante da dinâmica da instituição, e como esta objetiva suas expectativas na forma de restrições – internas ou externas – ao possível alargamento do repertório de ação individual.

Desta forma, foram escolhidos dois enfoques principais para a construção desta demonstração. Primeiramente, é necessário saber como – e se – o cotidiano do STF contribui para a internalização de práticas institucionais relativamente uniformizadoras, que se perpetuam através das gerações de ministros pela rotinização (e não *inculcação*). Em outras palavras: como se resolve a dicotomia entre a determinação individual autônoma de um repertório de ação e a contextualização institucional de um quadro fixo de condutas pertinentes. Em segundo lugar, numa abordagem oposta, deve ser desbastada a ampla rede de interações que acaba por construir o sentido do “extraordinário” no seio da instituição. A maneira como cada membro distingue o trabalho rotineiro do trabalho relevante e reconhece determinada tarefa como crucial, decisiva ou hierarquicamente mais importante nos fornecerá pistas para determinar como um determinado caso se transforma efetivamente num *hard case*, ou *leading case*, o que pode ser academicamente aproveitado na forma de um *caso gerador*, conforme proposição de Paulo Freyre.

Feito isto, a pesquisa terá condições de investigar mais detidamente como se formam os consensos, as coalizões e as disputas em torno destes casos, diante da necessidade prática de se julgar em colegiado, tendo em vista ainda a eventual permissividade institucional do julgamento monocrático.

Assim, serão quatro os momentos privilegiados na trajetória de nossos entrevistados a serem explorados na composição de uma história oral do STF: sua trajetória prévia, o ingresso, o cotidiano e o *hard case*.

Não podemos tratar da pertença ao STF sem o uso da noção de *elite*. Por força de seu contexto institucional, o Supremo é muito mais do que o lugar onde se reúne a elite judiciária brasileira. Muito embora ele seja a Corte de maior hierarquia do sistema judicial, não é – necessariamente – uma trajetória de carreira exemplar no seio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional

subida de hierarquia burocrática da Justiça produz uma multiplicidade de possibilidades no que tange à reconversão dos mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico. De igual sorte, o regime formal de administração do trabalho cotidiano afasta bastante a rotina de um magistrado de primeiro ou segundo grau da de um ministro do STF. Os primeiros se aproximam de burocratas tradicionais – funcionários públicos – enquanto no Supremo os membros se organizam de forma semelhante aos agentes políticos parlamentares. Finalmente, a brusca diferença de impacto entre as decisões proferidas pelo Supremo e as dos demais tribunais da República, *per se*, põe esta corte na posição de produtora dos critérios distintivos e do conteúdo do “marcante” e do “relevante” no mundo da Justiça e do Direito.

Portanto, seguem algumas questões de pesquisa que compuseram nosso esforço de coleta de dados por entrevista:

- Quais são as trajetórias que tornam alguém “supremável”?
- Quando se começa a trabalhar objetivamente para ser do STF?
- Como se passa o processo de escolha e indicação pelo presidente?
- Como se passa a sabatina no Senado? Ela é mesmo *pro forma*?
- Como um ministro “novato” é recebido no Supremo?
- Como é a rotina de trabalho de um ministro do STF?
- Como interagem e/ou competem os ministros entre si?
- Como é o convívio com demais atores internos (assessores, funcionários...)?
- Como é o convívio com demais atores externos (advogados, políticos, imprensa...)?
- Qual foi o impacto da instituição da transmissão televisiva das sessões?
- Como um determinado caso se torna um *hard case*?

- Como surgem consensos na separação do trabalho “ordinário” do “relevante”?
- Quais atores externos influem na construção de um *hard case* (imprensa, políticos...)?
- Como se compõem coalizões e se resolvem divergências no julgamento dos *hard cases*?

O caráter profano do Direito enquanto pretensa área do conhecimento ou ramo da ciência vem sobretudo da sua proximidade com o exercício do poder político. A história do Direito, das profissões e das instituições jurídicas se confunde com o desenvolvimento de uma atividade que jamais conseguiu reivindicar e efetivar plenamente sua autonomia em relação à política e à razão de Estado. Não se sabe até hoje se existe para regulá-la ou é por ela regulado.

Entretanto, no lugar de alimentar mais uma discussão normativa e conceitual sobre a relação entre Direito e Política, a reconversão do capital manejado no campo jurídico e no campo político por atores concretos pôde, enfim, ser objeto de mais uma pesquisa empírica. A partir da construção das trajetórias individuais dos ministros, da memória coletiva e da história oral do Supremo, esta pesquisa pretende contribuir profundamente para o conhecimento que possuímos acerca de nossa recente história republicana. História esta que, contada através da narrativa do ministro Rafael Mayer, nos guia, em princípio, através das suas origens sociais e da participação da sua família na política local, no interior da Paraíba. Passando pela sua formação ginásial, chegaremos à escolha da carreira de advogado e ao ingresso na Faculdade de Direito, que chegou a ser sitiada durante o Estado Novo e onde Mayer foi colega do ministro Djaci Falcão e participou do diretório acadêmico na luta pela abertura política. Em seguida, serão enfocadas suas primeiras experiências após a faculdade, como o cargo de pre-

feito da cidade de Monteiro, o de promotor de Justiça e a advocacia sindical. Ao longo da sua carreira, veremos um jurista galgando posições no Ministério Público e no seio da administração pública, sua relação com o presidente Geisel e com o contexto do AI-5 na vida cotidiana dos profissionais do Direito. Muda-se para o Rio de Janeiro, depois para Brasília. Ele nos contará como se deu a sua nomeação, a sua cerimônia de posse e a montagem de seu gabinete no STF. Discorrerá sobre como encarou sua nova função de magistrado, sobre o funcionamento do tribunal e sobre quais matérias eram efetivamente discutidas em plenário e quais eram tratadas “intramuros”, além de sobre sua posição em relação a assuntos como a independência do STF frente ao Executivo e a criação do STJ. Em seguida, sobre sua atuação na Justiça Eleitoral, na Constituinte e na adequação do STF à nova Constituição. Por fim, em retrospectiva, relembra sua atuação acadêmica, suas práticas religiosas e sua participação nos Ciclos Operários de Pernambuco.

Neste volume, apresentamos a entrevista com o ministro Rafael Mayer, com o objetivo de divulgação de importante fonte sobre a história recente do Supremo. Esperamos que esta postura metodológica cumpra dois objetivos muito caros para a área de Direito. Em primeiro lugar, ela colabora na valorização dos dados brutos coletados por pesquisadores como verdadeiros produtos científicos. Em segundo lugar, pretende alçar o aspecto metodológico ao coração da produção acadêmica, seja pela disponibilização pública de uma fonte, seja pela explicitação dos meios empregados para produzi-la. Por estas razões, neste volume, o leitor encontrará o roteiro utilizado – com suas respectivas fontes – antecedendo a transcrição da entrevista. ■

3

Roteiro do ministro Rafael Mayer

**Thiago dos Santos Acca
Bárbara Pommê Gama**

- 1919** Nasceu em Monteiro (PB), no dia 27 de março, filho de Marcelino Mayer de Freitas, comerciante, e de Lídia Rafael Mayer.
- 1931-1936** Estudou no Colégio Salesiano, em Recife.
- 1936-1937** cursou o pré-jurídico no Colégio Pedro Augusto, em Recife.
- 1939-1943** cursou a Faculdade de Direito da capital pernambucana e foi diretor-assistente da Casa do Estudante de Pernambuco.
- 1944-1945** Foi (1) advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista (PE), (2) exerceu o cargo de prefeito de Monteiro, (3) tornou-se promotor público em Pernambuco.
- 1946-1950** Foi promovido sucessivamente à primeira, segunda e terceira entrâncias, atuou nas comarcas pernambucanas de Serrita, Marraial, Gameleira Igarapu, Paulista e Recife.
- 1951** Foi presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco.
- 1952-1954** Foi (1) presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, (2) atuou como promotor auxiliar na Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco.
- 1955** (1) Foi promovido a subprocurador geral do estado, (2) passou a integrar como secretário o conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco, (3) integrou como relator a comissão nomeada pelo governo pernambucano para dar parecer sobre o Regimento de Contas do Estado e (4) tornou-se diretor de estudos sociais da Federação dos Círculos Operários de Pernambuco.
- 1956** Proferiu conferências no curso de Política da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.
- 1957** Tornou-se professor de Direito Penal na Escola do Serviço Social de Pernambuco.
- 1958** Foi indicado pelo Tribunal de Justiça do estado, em lista tríplice, para a vaga de desembargador.

- 1961** Tornou-se professor assistente da cadeira de Instituições de Direito Privado na Faculdade de Ciências Econômicas da atual Universidade Federal de Pernambuco e professor de Direito Administrativo para os alunos do curso de Administração.
- 1962** Integrou a comissão examinadora do concurso para oficial judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a banca examinadora do concurso para juiz do trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho em Recife, foi professor substituto de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Recife e membro do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco.
- 1963** Atuou de julho a dezembro de 1963 como assessor de gabinete do ministro da Fazenda, Carlos Alberto de Carvalho Pinto.
- 1964** (1) Atuou como procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e (2) tornou-se assessor-chefe da Assessoria Jurídica do recém-criado Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), chefiado pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias.
- 1966** Já promovido a procurador, aposentou-se do Ministério Público.
- 1967-1968** Em março de 1967, quando o MECOR foi transformado em Ministério do Interior, tornou-se consultor jurídico do novo ministério.
- 1969-1973** Designado, em janeiro de 1969, procurador da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Integrou o conselho federal da OAB.
- 1974-1977** Em abril de 1974, foi nomeado pelo presidente da República, general Ernesto Geisel (1974-1979), consultor-geral da República em substituição a Romeu de Almeida Ramos.
- 1978** Transmitiu o cargo de consultor-geral da República a Clóvis Ramallete. Foi empossado como ministro do Supremo Tribunal Federal pelo general Ernesto Geisel.

- 1979** Havia emitido, no ano anterior, o parecer L-225, então como consultor-geral da República, negando qualquer problema na prorrogação do horário de trabalho dos bancários por 2 horas extras. Em 1979, ocorre o “Dia Nacional pela Defesa das Seis Horas”. Na função de consultor-geral da República, deu parecer positivo quanto à doação de terras no estado de Manaus.
- 1982** Em 10 de novembro, tomou posse do cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.
- 1983** Atuou no Caso João Cunha, no Caso do Grupo Atalla, no Caso dos Jornalistas Gaúchos (Rafael Guimarães, Osmar Trindade, Elmar Bones e Rosvita Saueressig).
- 1984** Em março, assumiu a vice-presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi voto vencido no caso BNH. No final desse mesmo ano, o TSE decidiu a respeito da questão da fidelidade partidária, possibilitando que parlamentares da legenda governista, o Partido Democrático Social (PDS), votassem no candidato da oposição no Colégio Eleitoral de janeiro de 1985, que escolheria o sucessor do presidente João Batista Figueiredo.
- 1986** Deixou o TSE e assumiu a vice-presidência do STF na gestão do ministro José Carlos Moreira Alves. Em dezembro desse mesmo ano, foi eleito por seus pares para ocupar a presidência do órgão no biênio 1987-1989, mantendo uma tradição no STF, de escolha do ministro por ordem de antiguidade.
- 1987** Atuou no caso dos “Marajás” de Alagoas e no caso *holding* Ford e Volkswagen. Em fevereiro, os ministros do STF adotaram a posição de manter silêncio sobre matérias constitucionais até a Constituição Federal ser promulgada. Tomou posse na presidência do STF em março, substituindo o ministro Moreira Alves e tendo como vice o ministro José Néri da Silveira. Considerado um liberal, defendeu um Judiciário “forte, moderno e independente, necessário para o desenvolvimento do regime democrático”. Por

ocasião de sua posse, foi lembrada sua atuação como relator no julgamento de um recurso extraordinário, proveniente do Paraná, no qual foi repelida a intercepção de comunicação telefônica, bem como seu uso como elemento de prova em processo judicial. Em junho de 1987, saiu em defesa das instituições judiciárias, quando o presidente José Sarney responsabilizou os tribunais pelo fracasso de sua política de reforma agrária. Na ocasião, Mayer solicitou das turmas julgadoras do STF e do Tribunal Federal de Recursos relatórios relativos aos processos de desapropriação de terras, observando-se que tipos de falhas jurídicas eram mais frequentes nesses processos. Constatou-se que a maior parte deles consistia de recursos contra desapropriação de áreas produtivas e de áreas onde já se haviam realizado assentamentos de colonos.

- 1988** Segundo ele, os novos dispositivos e os novos instrumentos teriam aplicação e uso imediatos, tais como o *habeas data*, que dava o direito ao cidadão de ter conhecimento de registros e arquivos que porventura existissem sobre sua pessoa em qualquer repartição oficial, inclusive no Serviço Nacional de Informações (SNI); o mandado de injunção, que garantia a imediata aplicação de um direito individual, já consagrado no novo texto constitucional; e a ação direta de inconstitucionalidade. Com relação ao *habeas data*, Rafael Mayer declarou, expressamente, que sua aplicação era imediata, mesmo que um decreto do presidente Sarney houvesse autorizado sua entrada em vigor somente depois da regulamentação pelo Poder Legislativo. Ainda com relação ao *habeas data*, disse que nem mesmo a alegação do SNI, de que não liberaria fichas ou prestaria informações que fossem de encontro à segurança nacional, poderia impedir sua aplicação caso o STF assim o decidisse. Segundo Rafael Mayer, na nova Constituição, algumas normas precisavam de regulamentação legislativa,

outras dependiam de interpretação jurídica para que ampliassem seus efeitos, havendo, ainda, “muito o que fazer”. Mas não havia dúvida de que, segundo declarou em entrevista ao jornal O Globo, os direitos consagrados na nova Carta a tornavam histórica, tendo sido a Constituição que mais se “voltou para o social e para a restauração do sistema federalista”. Mayer enfatizou, ainda, o direito à liberdade de expressão e “a condenação a qualquer tipo de censura às manifestações intelectuais”. Julga legal a eleição de José Farah para presidente da FPF. Veio a público ressaltar que o STF estava preparado para aplicar os novos dispositivos jurídicos e os direitos individuais consagrados pela nova Carta Constitucional. Participou da reunião no Palácio do Planalto em 1º de fevereiro para a revisão dos gastos governamentais. Em 14 de dezembro, o presidente do STF determinou o fechamento da companhia de Ferro-Ligas instalada em Corumbá (MS).

- 1989** Em 25 de janeiro, o presidente do STF (Rafael Mayer) julgou o pedido de liminar de mandado de segurança coletivo impetrado pela Federação dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Em 15 de fevereiro, o STF concedeu liminar por unanimidade suspendendo o Ato Constitucional Número 1, baixado pela assembleia legislativa de Alagoas. Recebeu telegrama da juíza Eva Evangelista de Araújo Souza, informando-o de que ela foi ameaçada de morte por telefone. Rafael Mayer deixou a presidência do STF e aposentou-se compulsoriamente, voltando, então, a advogar.
- 1990** Recusou-se a ser consultor jurídico do Ministério da Justiça.
- 1994** Defendeu o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena.
- 1995** Integrou uma comissão de estudos no TSE, encarregada de formular propostas para a reforma da legislação partidária e eleitoral.

- 1996** Afastado da vida pública, passou também a atuar como consultor jurídico em Recife. Como advogado, participou da II, III e IV conferências da OAB, realizadas respectivamente no Rio de Janeiro, em Recife e em São Paulo, e do I Congresso Nacional de Direito Agrário, em Porto Alegre.
- 2004** Cresce a polêmica a respeito de o ministro, juntamente com três outros ministros aposentados, receber acima do teto salarial do funcionalismo. “Os ministros aposentados Djaci Alves Falcão, Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Luiz Rafael Mayer e Oscar Dias Corrêa não conseguiram liminar contra teto salarial definido administrativamente pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da Emenda Constitucional 41, relativa à reforma da Previdência”.
- 2013** O décimo episódio da série “Novos olhares sobre o tempo – Memórias da Democracia” traz, esta semana, o depoimento do ministro Luiz Rafael Mayer, que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de dezembro de 1984 a setembro de 1985. Este episódio vai ao ar na TV Justiça neste sábado (28), às 19h. Na primeira parte do programa, o ministro destaca o papel da Justiça Eleitoral e a atuação dos eleitores. “A Justiça Eleitoral representa a participação popular nos destinos do país. O eleitor hoje está mais consciente, mais esclarecido, mais atuante, mais participativo. Certamente me sinto orgulhoso dessa participação,” afirma o ministro. Rafael Mayer ainda relembra fatos que marcaram sua vida profissional, entre eles a atuação como consultor-geral da República no governo de Ernesto Geisel e a experiência como prefeito de Monteiro, na Paraíba, cidade onde nasceu. Na segunda parte do programa, o ex-presidente do TSE conversa com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Jovaldo Nunes Gomes, que afirma que Rafael Mayer é um exemplo para o país. “O Brasil todo deve se espelhar no exemplo que o senhor é para

nós, os mais jovens, e para as gerações que virão ainda. E nós sentimos muito orgulho disso, porque, além de ser do Brasil, é em particular da nossa terrinha, Paraíba e Pernambuco”, concluiu o desembargador.” Reportagem intitulada Memórias da Democracia: ministro Rafael Mayer diz que eleitor está mais consciente. Faleceu dia 23 de novembro de 2013, em Recife, aos 94 anos. 

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro (CPDOC/FGV): Rafael Mayer. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Pasta do ministro no Portal do Supremo Tribunal Federal:

Currículo do ministro. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/RafaelMayer/CurriculoBiografia/002.pdf>>.

Acesso em: 2 nov. 2013.

Biografia do ministro. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=14>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Subpasta Condecorações. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=RafaelMayerCondecoracoes>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Material audiovisual

Depoimento ao programa Memórias da Democracia, da TV Justiça, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Setembro/memorias-da-democracia-ministro-rafael-mayer-diz-que-eleitor-esta-mais-consciente>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=Uu3Qzb6xJvo>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Imprensa

“STF nega liminar a juizes aposentados contra fixação de teto”. Conjur, 19 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-abr-19/supremo_nega_liminar_fixacao_teto_salarial>.

Acesso em: 6 out. 2014.

4

Entrevista com o ministro Rafael Mayer

PROJETO > **História Oral do Supremo**

ENTREVISTADO > **Luiz Rafael Mayer**

LOCAL > **Recife, PE** (residência do Ministro)

ENTREVISTADORES > **Fernando Fontainha, Rafael Mafei, Leonardo Sato**

DEMAIS PRESENTES > **Ítalo Vianna** (áudio e vídeo), **Leidi Mayer** (esposa) e **Rafaela Mayer** (filha)

TRANSCRIÇÃO > **Lia Carneiro da Cunha**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **08 de novembro de 2012**

CONFERÊNCIA FIDELIDADE > **Barbara Pommê Gama**

DATA DA CONFERÊNCIA > **03/09/2013**

DATA DA ENTREVISTA > **01/10/2012**

Apresentação e origens familiares

[FERNANDO FONTAINHA > FF] — *Ministro, gostaria de começar nossa entrevista com o senhor nos dizendo seu nome completo, a data e local de seu nascimento e o nome dos seus pais.*

[(LUIZ) RAFAEL MAYER > LM] — Meu nome completo é Luiz – com z – Luiz Rafael Mayer. Nasci na cidade de Monteiro, na Paraíba, nos chamados Cariris Velho, na serra da Borborema, mais ligada ao estado de Pernambuco, que é como se fosse um enclave, do que propriamente à Paraíba. Vim logo cedo, eu me desloquei para estudar em Recife, como fazia o pessoal de lá da minha cidade, vindo para cá. Essa é a minha origem familiar e geográfica.

[RAFAEL MAFEI > RM] — *Seus pais, ministro, qual era o nome do seu pai, da sua mãe?*

[LM] — O nome de meu pai era Marcolino Mayer de Freitas e de minha mãe era Lydia Rafael Mayer, que tem até a fotografia dela ali [ministro aponta para a foto de sua mãe na estante da sua sala de visitas], bem bonitona.

[RM] — *Qual era o trabalho do seu pai, a ocupação do seu pai?*

[LM] — Meu pai, meu pai era comerciante. Comerciante e agricultor, porque lá no interior, naquela região, não há muita distinção de atividades.

[RM] — *Ministro, quando o senhor diz que não há muita distinção de atividades, só para ficar muito claro e registrado, exatamente, como o senhor descreveria o trabalho de seu pai?*

[LM] — Ele era comerciante. Ele fazia comércio urbano; e ao mesmo tempo era agricultor, porque ele plantava na roça.

[FF] — *Então, ele comerciava os frutos do que ele plantava.*

[LM] — *É. Exatamente.*

[FF] — *E a sua mãe, ministro?*

[LM] — Minha mãe era de origem, mesmo, de Monteiro, da cidade de Monteiro, e o pai dele era um abastado comerciante, um capitalista, ganhador de dinheiro, lá em Monteiro.

[RM] — *O ramo dele era?*

[LM] — Ele era... era comerciante também. Para dizer mais a verdade, era como que um agiota, ele emprestava e entesourava.

[RM] — *O senhor tinha outros parentes em Monteiro, além do seu pai e da sua mãe, da família da sua mãe? O seu núcleo familiar estava em Monteiro?*

[LM] — Sim [concorda com a cabeça]. Tudo ali em volta. Era um conglomerado de parentes, de... O núcleo da minha família era muito amplo.

[RM] — *Como é que o senhor descreveria o contexto familiar dentro do qual o senhor viveu sua infância? Com quem mais o senhor interagiu? O senhor tinha irmãos, tios mais próximos?*

[LM] — Sim. Irmãos, tios mais próximos. Tinha tios, sobretudo tios, que eram sempre voltados para a agricultura. Eram os meus tios. Tio Alfredo, tio Tobias... E tinha um que era até meio filósofo, que a gente chamava tio Bonavie. Porque Bonavie era nome... O meu avô... ou meu bisavô paterno era... era um judeu da Alsácia Lorena, na França, que veio para o Brasil e no Brasil ele ficou; se encantou pela minha avó e ficou, ficou aqui, não voltou mais para a França.

[FF] — *Ministro, o senhor tem irmãos? Quantos são?*

[LM] — Sim, tenho. Tenho vários irmãos. Tenho sete irmãos. Alguns, ainda vivos. Sete irmãos eu tive.

[FF] — *Imagino que alguns sobrinhos.*

[LM] — E sobrinhos também. Que, às vezes, aparecem aqui, (risos) meus sobrinhos.

[RM] — *Ministro, na sua família, alguém tinha atuação jurídica?*

[FF] — *O senhor foi o primeiro jurista da sua família?*

[LM] — *O primeiro o quê?*

[FF] — *Jurista.*

[RM] — *O senhor teve algum parente que fosse advogado, juiz?*

[LM] — *Olha. Para dizer a verdade, eu não me lembro disso, não. Agora não me ocorre, se tive assim algum parente que, antes de mim, fosse dedicado ao Direito. Não me recordo, não.*

Atuação familiar na política local

[RM] — *Atuação política. O senhor ou a sua família, no seu local de origem, em Monteiro, tinha envolvimento com política?*

[LM] — *Tinha. Isso aí, o sujeito sempre tinha envolvimento. Meu pai mesmo tinha envolvimento com a política. Em Monteiro, tinha um político, que foi muito influente no estado da Paraíba, chamado Augusto Santa Cruz. Esse Augusto Santa Cruz chegou a fazer uma verdadeira revolução na Paraíba, na Paraíba, com... depois, esse Augusto Santa Cruz foi juiz em várias cidades no interior de Pernambuco, e o tribunal sempre o designava para comarcas que tivessem gente valente, compreendeu? Ou metida a valente, porque ele era um homem muito valente, e, quando chegava, avisava logo: “Olha, eu cheguei aqui, calma aí nas coisas”.*

[RM] — *Qual era a relação do seu pai com Augusto Santa Cruz?*

[LM] — *Exatamente. Meu pai era da linha do Santa Cruz, era alinhado ao Santa Cruz. Ele chegou a participar dessas revoltas, dessa revolução feita pelo Santa Cruz, e tomar parte até em batalhas e era até chamado o Cobra Verde. (risos)*

[FF] — *O seu pai era chamado Cobra Verde?*

[LM] — É. (risos) Cobra Verde.

[FF] — *Existe alguma explicação para esse apelido?*

[LM] — Não, não. Isso é nomes que se dão no interior.

[FF] — *O senhor chegou a ter algum apelido dessa natureza?*

[LM] — Eu mesmo? Eu mesmo só no colégio é que tive o apelido de Raposinha. Raposa, por causa da minha cor e do meu jeito disfarçado, chamava Raposinha.

[FF] — *Ministro, o senhor poderia nos descrever, em linhas gerais, como o senhor vê essa revolução que o Santa Cruz fez na Paraíba? Quando o senhor fala que ele fez uma revolução, exatamente, o que aconteceu? O que mudou? Como o senhor qualificaria e descreveria essa revolução?*

[LM] — É. Isso é uma revolução, era ligada à política federal. Você sabe que o Epitácio Pessoa, que foi presidente da República, ele tinha uma grande influência na Paraíba, e essas revoluções eram sempre ligadas a ele, ou a favor ou contra.

[FF] — *E algumas batalhas até mesmo armadas?*

[LM] — Armadas.

[FF] — *Como elas se davam? Porque... Eu não sei, mas, para nós, é uma certa novidade. Batalhas armadas, como é que elas se davam?*

[LM] — Se davam... É. Em algumas regiões... Se davam, mesmo, com tiroteio, com sequestro de pessoas. Havia uma fazenda lá, chamada Areal, onde foram algumas vezes conduzidas pelo Santa Cruz as autoridades de Monteiro e ficaram lá... como se diz?... sequestradas, lá nessa fazenda Areal, que pertencia à família do Santa Cruz.

[FF] — *Então, pode-se dizer que o senhor cresceu num ambiente de intensa mobilização política.*

[LM] — Certamente.

[FF] — *O senhor, desde cedo, via seu pai participando de atividades políticas, algumas até...*

[LM] — Certamente. Certamente. Certamente.

Formação acadêmica básica; estudos ginasiais

[RM] — *Eu ia passar para a fase dele de colégio. O senhor mencionou a sua chegada a Recife. Quando o senhor foi estudar em Recife, o senhor estudou onde?*

[LM] — Estudei no Colégio Salesiano. Porque o pessoal que vinha de (para) Recife tinha dois colégios para escolher: ou o Colégio Nóbrega, que era dos jesuítas, que era do pessoal mais rico, ou o Colégio Salesiano, que era do pessoal mais pobre, o colégio acolhia mais pobre. E o colégio tinha uma área muito grande, de atividades, de... perto da chamada Ilha do Leite, que era uma área de... assim de mangue, de palafitas, essa coisa. E foi nesse ambiente que eu estudei, que era muito simpático. O sítio chamava-se sítio do (Melrão) e tinha muito sapoti, que é uma coisa... vocês devem conhecer... que é uma fruta muito gostosa.

[RM] — *O senhor, quando veio para o Colégio Salesiano, veio sozinho, sem a sua família, em regime de internato?*

[LM] — Sim, fui trazido. Porque era família... de internato. A gente vinha de trem. O transporte de lá para cá era de trem.

[FF] — *Com que idade o senhor veio a Recife pela primeira vez?*

[LM] — Onze anos.

[FF] — *Até os onze anos, como foi a sua escolarização lá em Monteiro?*

[LM] — Lá em Monteiro, eu estudava com... tinha uma professora particular...

[RM] — *Foi com ela que o senhor aprendeu a ler, por exemplo.*

[LM] — *Aprendi a ler com ela, com essa professora particular. E era aquele tempo que se estudava assim: b-a-ba, b-e-be, b-i-bi, b-o-bo.*

[FF] — *E era em casa que se ministrava esse ensino? Ela ia na casa do senhor?*

[LM] — *Não. Ela tinha... A gente tinha que ir na casa dela.*

[FF] — *Mas era na casa dela.*

[LM] — *Na casa dela.*

[FF] — *Muito bem. Então o senhor se forma no Colégio Salesiano, no Recife. Que na época seria o ginásial?*

[LM] — *É. Não... Não. Seria... Naquele tempo, quando eu terminei o curso, era o curso ginásial.*

[FF] — *E o senhor se lembra de figuras que o marcaram, sejam professores, sejam amigos de colégio? O senhor tem amigos da época do colégio?*

[RM] — *O senhor levou as relações do colégio para as outras fases da sua vida?*

[LM] — *É. Precisa aí... precisa fazer uma... lembrar. É. Nós... Quando eu saí do colégio, eu tive a companhia dos meus irmãos; então, morávamos numa rua, que hoje é chamada rua Dom Bosco, e naquele tempo chamava rua do Sebo. O Sebo, porque tinha um lugar onde se vendia livros usados, isso se chamava sebo. Então, a gente morava numa casa lá, onde morava conosco um... que era, naturalmente, mais rico do que a gente, um professor, que morava junto, na mesma casa que nós moramos.*

[FF] — *Lá em Recife.*

[LM] — *Lá em Recife. Na rua do Sebo (risos).*

[FF] — *Então o senhor conclui o colégio. Durante o colégio, o afastamento de Monteiro afastou o senhor também dessas questões políticas que o senhor descreveu, que o seu pai se envolvia?*

[LM] — Sim, claro.

[FF] — *O senhor diria que o seu tempo de colégio foi um tempo sem participação política.*

[LM] — Sem participação. Não tinha participação.

[RM] — *Com que frequência o senhor visitava Monteiro?*

[LM] — Sim. Todo ano, a gente ia, no período de férias do colégio, a gente ia a Monteiro, de trem, ia até Monteiro.

Escolha da carreira de advogado; entrada na Faculdade de Direito com o ministro Djaci Falcão; influência do Estado Novo na faculdade que foi sitiada; participação esquerdista/pró-abertura política no diretório acadêmico

[RM] — *Se o senhor não tinha outros juristas, advogados na família, por que o senhor escolheu, de onde veio a ideia de fazer Direito?*

[LM] — Você sabe que foi dos próprios padres do Salesiano. Eu queria... Como eu era estudioso, escrevia... Eu queria estudar Agronomia. Agronomia. Justamente porque... em atenção à agricultura lá. E meu pai esteve lá uma vez, no colégio, e os padres então disseram: “Olha, seu filho não devia estudar Agronomia; mas, ele devia fazer uma carreira de Letras, estudar Direito, essa coisa”. Foi daí que surgiu essa ideia.

[FF] — *O senhor disse que estudava muito e escrevia. O que o senhor escrevia?*

[LM] — Escrevia coisas... pequenas composições, que eram publicadas num jornalzinho do próprio colégio.

[FF] — *As composições eram...*

[LM] — Composições quer dizer artiguinhos.

[FF] — *Como crônicas.*

[LM] — Crônicas, é.

[RM] — *Quando os padres do Salesiano sugeriram a seu pai que o senhor seguisse uma carreira de Letras, como é que o senhor aceitou a sugestão dos padres? O senhor aceitou isso prontamente?*

[LM] — Ah. Aceitei. Aceitei. Porque pai lá é uma coisa muito importante, de maneira que eu quis fazer a vontade do meu pai. No caso, do meu pai, e achei até interessante, também, de fazer a vontade do meu pai.

[FF] — *Então, ministro, o senhor sai do colégio já com a ideia de fazer Direito.*

[LM] — É verdade.

[FF] — *E o senhor se matricula no pré-jurídico do Colégio Pedro Augusto, no Recife. Foi isso?*

[LM] — Exatamente. Exatamente. Estão muito informados (risos). No pré-jurídico, no Colégio Pedro Augusto.

[FF] — *Como foi a mudança de instituição, do Salesiano para o Pedro Augusto? Como é que acontecia na época? Era só matricular?*

[LM] — Era matricular.

[FF] — *Fazia uma prova?*

[LM] — Aliás, era até próximo, geograficamente, um do outro, o Colégio Salesiano e o Colégio Pedro Augusto. Eram próximos.

[RM] — *E o senhor aí deixou de viver em regime de internato. Onde o senhor passou a viver?*

[LM] — Sim. Aí eu passei a morar numa pensão, com colegas do próprio colégio, que a gente chamava a pensão da Bahia, dona

Bahia. Dona Bahia era uma dona muito... muito gorda, que tinha uma pensão e servia a gente. Essa dona Bahia tinha uma filha também, que depois eu encontrei no interior de Pernambuco. Maria do Carmo. Ela fez... estudava também, fez concurso. Mas naquela época não... não havia muito rigor na seleção das pessoas, na nomeação, e ela demorou a ser nomeada, e foi lá para o interior de Pernambuco. Maria do Carmo. Quando eu a encontrei, encontrei em Exu, na terra de Luiz Gonzaga, que, por acaso, eu fui lá, fui designado como promotor especial, porque tinha havido uma briga muito grande entre duas famílias, a família Romão e a família Sampaio, e eu fui lá e vi; e, depois que eu fui a Exu, um dia, eu fui lá, a cavalo, nesse lugar e tive oportunidade de dançar, nessa casa dessa minha conhecida, de dançar com o fole chamado do Januário. Januário, que... ele cantou aquela canção que dizia: “Luiz, respeita Januário, respeita os oito baixos do teu pai”. Já ouviu isso? Não? É.

[FF] — *Januário tinha relação com Luiz Gonzaga?*

[LM] — Luiz Gonzaga. Ele era o pai de Luiz Gonzaga.

[FF] — *Ah! Pai do Luiz Gonzaga.*

[LM] — É. O Januário, com quem Luiz aprendeu. Então, ele tinha uma canção, em que ele dizia: “Luiz, respeita Januário, respeita os oito baixos do teu pai”. Oito baixos era a sanfona dele.

[RM] — *Ministro, o senhor se lembra em que época se deu isso, quando o senhor foi a Exu?*

[LM] — Eu fui..

[RM] — *Que época, mais ou menos?*

[LM] — A Exu... A época foi... em... Espera aí.

[RM] — *Deve ter sido entre 46-47 e 50.*

[LM] — É, é por aí. Por aí. É. É por aí. 47 e 50.

[RM] — *O ingresso na Faculdade de Direito, o senhor conseguiu ingressar na primeira tentativa?*

[LM] — Foi na primeira tentativa, porque eu fiz o chamado pré-jurídico... Nesse tempo, havia o pré-jurídico na própria faculdade. Depois é que eu tive que sair, porque a faculdade suprimiu esses cursos pré-jurídicos lá. Mas eu fiz o primeiro pré-jurídico na própria Faculdade de Direito do Recife que é, sabe, uma coisa de grande tradição lá em Recife, até no Brasil. O primeiro curso jurídico do Brasil foi lá em... foi lá em Pernambuco, no Mosteiro de São Bento de Olinda, onde funcionou o primeiro curso jurídico do Brasil.

[RM] — *Ministro, como era o ingresso no curso pré-jurídico?*

[LM] — Havia concurso. Era por concurso. Sempre havia concurso. Não era na base da... passando a mão na cabeça.

[RM] — *Etinha muita concorrência o ingresso para o pré-jurídico?*

[LM] — Relativamente. Não era... Nesse tempo, não havia a multidão que hoje há na classe social chamada classe social C ascendente.

[RM] — *O ingresso, finalmente, na Faculdade de Direito, como é que se dava o exame de seleção dos alunos da Faculdade de Direito de Recife?*

[LM] — Era concurso, escrito e oral.

[RM] — *Eram os próprios professores da faculdade que selecionavam.*

[LM] — Que faziam, exatamente.

[FF] — *Ministro, se o senhor me permite um parêntese. O senhor mencionou a classe C..*

[LM] — Hem?

[FF] — *O senhor mencionou a atual classe C. Posso fazer um ligeiríssimo parêntese e pedir a sua opinião sobre a atual classe C?*

[LM] — A classe C é a chamada classe ascendente. A classe ascendente, a classe que passou a constituir um novo nível social e econômico.

[FF] — *De volta à Faculdade de Direito. O pré-jurídico não era no Colégio Pedro Augusto, mas na Faculdade de Direito de Recife.*

[LM] — Não. Na Faculdade de Direito. Depois que se suprimiu é que eu fui para o Colégio Pedro Augusto.

[RM] — *E o ingresso na Faculdade de Direito, qual são as suas recordações do seu tempo de faculdade? Os professores marcantes, as obras que o senhor leu e que o marcaram...*

[LM] — Ah, sim. Sem dúvida, sem dúvida alguma, era muito importante. Eu só me lembro, na faculdade, a tradição da faculdade, tinha um átrio a faculdade, lá dentro, onde tinha os bancos, e, nos bancos, ninguém se sentava nos bancos, ficava sentado em cima, nos bancos. É a lembrança que eu tenho dos bancos.

[RM] — *Professores marcantes.*

[LM] — Professores marcantes: Aníbal Bruno, Luiz Delgado...

[RM] — *Desculpe. Aníbal Bruno deu aula de Direito Penal?*

[LM] — De Direito Penal. Luiz Delgado deu aulas de Direito Administrativo. O professor... Agora eu me esqueço, que era até de origem paraense, que dava aula de Direito Constitucional, que o nome dele, agora, me passa esquecido, que era professor de Direito Constitucional.

[FF] — *Alguma atividade como monitoria, alguma atividade mais próximo de algum professor? O senhor teve algum diálogo privilegiado com algum professor?*

[LM] — Não, não especialmente.

[FF] — *Colegas. Outros alunos que, eventualmente, desenvolveram maior amizade com o senhor, que o senhor guarda a ami-*

zade até hoje ou por muitos anos? Algum colega de faculdade o marcou em particular?

[LM] — É. Tinha um colega, que era também da minha cidade, da minha origem, que era... (falecido há pouco tempo) que era o ministro Djaci Falcão.

[FF] — *Foi seu colega de faculdade?*

[LM] — Foi colega de faculdade e era colega de origem. Era também de Monteiro.

[FF] — *O senhor já o conhecia de Monteiro?*

[LM] — Sim, de Monteiro. Era a origem dele.

[FF] — *E os senhores foram da mesma turma de faculdade.*

[LM] — Da mesma turma.

[FF] — *O senhor e o ministro Falcão também cursaram o mesmo colégio?*

[LM] — Não. Ele foi do Colégio Nóbrega e...

[FF] — *Só na faculdade.*

[LM] — Foi na faculdade que cursamos, nos juntamos na faculdade.

[FF] — *O senhor teve alguma outra atividade na faculdade que o marcou particularmente, que não necessariamente assistir às aulas?*

[LM] — Não. Era essa a minha atividade.

[FF] — *O senhor frequenta a faculdade durante o Estado Novo. Além de estarmos num contexto de o Brasil entrando numa guerra mundial, nós temos um período relativamente turbulento na história do Brasil. Existiam discussões dessa natureza?*

[RM] — *Essa turbulência se fazia sentir na faculdade?*

[LM] — Sim, se fazia sentir na faculdade. Até uma prima minha, que fez um estudo sobre esse período, em que... sobre a faculdade sitiada, porque os militares foram lá e sitiaram a cidade (faculdade) para não deixar ninguém entrar na cidade. A faculdade sitiada. Ela fez esse trabalho. Ana Maria César.

[FF] — *Em que ano a faculdade foi sitiada?*

[LM] — Sitiada, foi mil novecentos e... e quarenta e cinco.

[FF] — *O senhor lá estava?*

[LM] — Estava lá.

[FF] — *O senhor se lembra desse episódio?*

[LM] — Não. Eu... Não, não. Isso foi antes de eu... Não. Foi depois de eu entrar na faculdade.

[FF] — *Depois que o senhor se formou.*

[LM] — Certo.

[RM] — *Quando o senhor se forma, ministro, o senhor se lembra? Quarenta e?...*

[LM] — Três.

[RM] — *43. E logo o senhor... Como é que o senhor foi atuar profissionalmente?*

[LM] — É, em 43. Eu me formei em 1943. E, daí, eu fui... em 1943, eu... fui ser... promotor. Foi. A minha carreira começou como promotor.

[RM] — *Eu posso voltar a um período um pouco anterior à formatura? Nossa pesquisa de roteiro indicou que o senhor teve uma participação, não apenas o senhor foi diretor da Casa do Estudante de Pernambuco, mas também do diretório acadêmico da Faculdade de Direito do Recife.*

[LM] — É verdade.

[RM] — *O senhor teve participação no diretório acadêmico?*

[LM] — *É verdade que eu estive no diretório acadêmico. No diretório acadêmico. Dessas pessoas que participaram do diretório acadêmico me lembro muito de Zé Neves, que depois foi procurador geral da Fazenda Nacional, e me lembro muito de... de... Agora me escapa o nome, às vezes escapa, a memória falha às vezes. É. A memória, às vezes, me falha. Que foi também procurador no Rio de Janeiro.*

[FF] — *Foram seus colegas no diretório acadêmico.*

[LM] — *Colegas. Exatamente.*

[FF] — *E como era pautada a discussão na Casa do Estudante, no diretório acadêmico? O senhor tinha adversários políticos? Foram eleições com duas, três, quatro chapas? Como é que alguém se tornava diretor do diretório acadêmico na Faculdade de Direito de Recife?*

[LM] — *Era... Disputa havia, mas cordialidade também havia.*

[FF] — *Existia uma chapa mais orientada para uma corrente?*

[LM] — *Sim. É, exatamente.*

[FF] — *Como o senhor qualificaria politicamente a sua participação no diretório?*

[LM] — *Eu era... A participação era... Era participação assim... Vamos dizer... No sentido mais esquerdista do que propriamente direitista.*

[FF] — *Mais esquerdista, é?*

[LM] — *Sim. Mais no sentido, assim, de abertura política.*

[FF] — *Então, havia opositores ... cordiais, mas ainda assim opositores, imagino, o senhor mencionou a cordialidade, e que esses eram, sim, direitistas.*

[LM] — *É. Eram direitistas.*

[FF] — *O senhor qualificaria esses dois campos políticos da faculdade num debate mais regional, ou seja, de questões ligadas à faculdade ou a Pernambuco, ou essa polarização se dava em relação ao debate nacional? Governo federal...*

[LM] — Não. Era nacional. Era sempre nacional. Não podia se excluir que tinha âmbito nacional essas coisas.

Exercício do cargo de prefeito de Monteiro; exercício do cargo de advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiações e Tecelagens, de Paulista; exercício do cargo de promotor

[RM] — *Logo que o senhor se forma, na nossa pesquisa de roteiro, a gente identificou que o senhor exerceu, por algum tempo, o cargo de prefeito de Monteiro. Isso está correto?*

[LM] — É correto. Prefeito de Monteiro, porque eu tinha um tio que foi prefeito de Monteiro, no tempo do senador pela Paraíba, Rui Carneiro, e ele me designou como secretário da prefeitura; e, depois, era o objetivo dele, ele se licenciou. Foi quando eu tive a oportunidade de assumir a prefeitura de Monteiro, por um breve período.

[FF] — *Como foi a experiência de ser prefeito da sua cidade natal?*

[RM] — *Tão jovem. O senhor era muito jovem.*

[LM] — Ah. Muito agradável. Porque eu, sobretudo, dei festas inesquecíveis (risos). Inesquecíveis. Eu tinha uma namorada muito bonita, e aquilo ali era uma razão para eu dar festas enormes e desfiles pelas ruas de Monteiro, e ela era a porta-bandeira.

[FF] — *Alguma outra lembrança acerca da prefeitura de Monteiro? Alguma coisa que o senhor tenha mudado na cidade?*

[LM] — Bem. Eu incentivei muito a vinda de uma ordem, de umas freiras, que instalaram um colégio em Monteiro. As cha-

madras Lurdinas. Que esse colégio ainda hoje existe lá em Monteiro e é muito benéfico.

[RM] — *Durante o seu período de prefeito, como foi o clima da política local? Havia conflito? Foi um período de calmaria?*

[LM] — Não, conflito não havia, porque era o tempo da ditadura mesmo (risos), aquilo era tudo na calma. (risos)

[FF] — *Seu pai ajudou?*

[LM] — Hem?

[FF] — *Seu pai, com quem o senhor aprendeu política tão jovem e viu fazendo política, quando o senhor foi prefeito, seu pai lhe ajudou, aconselhou?*

[RM] — *Foi uma figura presente na sua vida?*

[LM] — Não. Meu pai não... Meu pai não se interessava muito mais pelo assunto, não.

[RM] — *Nossa pesquisa de roteiro também mostrou que nesse período, 44 a 46 talvez, o senhor foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiações e Tecelagens, de Paulista.*

[LM] — Ah. Isso, para mim, foi muito importante na minha vida. Eu fui advogado desse sindicato, muito prestigiado, lutei muito pelos trabalhadores lá de *Brasília*, porque Paulista era uma cidade que estava toda na mão dos donos da fábrica, os chamados Lundgren, que eram dinamarqueses ou noruegueses, essa coisa toda. Então eu lutei muito contra essa dominação dos Lundgren. E aí fui, fiz coisas heroicas.

[RM] — *O que o senhor descreveria com mais orgulho daquilo que o senhor fez?*

[LM] — É. Sim. Nós fizemos desfiles, fizemos desfiles pelas ruas de *Brasília*.

[BREVE INTERRUPTÃO]

[RM] — *Desculpe. Perguntei ao senhor qual foi o ato de coragem.*

[LM] — Sim. Pois é. Desfiles pelas ruas de Paulista, daquela cidade que era dos Lundgren, e que foram muito boas, assim muito heroicas.

[RM] — *Como o senhor se tornou advogado do sindicato dos trabalhadores? Como era escolhido esse advogado?*

[LM] — É. Foi... A escolha aí era uma escolha também política. Eram operários que tinham confiança em mim, que gostavam de mim e me convidaram, por isso.

[RM] — *Eram os próprios afiliados ao sindicato que escolhiam.*

[LM] — Sim, é. Exatamente.

[RM] — *O senhor tinha alguma relação com a cidade de Paulista? Ela fica próxima a Monteiro?*

[LM] — Não, não. Próxima a Recife. A minha base era o Recife. Então eu cheguei a comprar um carrinho, para poder fazer a viagem de Recife para Paulista. Um carrinho que era ainda muito pobre, que ele não tinha todas as... Era... [gesticula indicando itens opcionais em carros] (risos). O negócio era limitado. Limitado.

[FF] — *O senhor se lembra que carro era?*

[LM] — Me lembro. Era um Renault, chamado Renault Juvaquatre.

[FF] — *Ministro, eu gostaria de saber como o senhor se tornou advogado desse sindicato. O senhor conhecia os dirigentes do sindicato?*

[LM] — Não. Eu... Conhecia. Conhecia os dirigentes do sindicato. Quer dizer, eles me conheciam também, porque eu trabalhava... Eu era promotor, trabalhava na sede da Justiça Pública, e eles me conheciam, e eu conhecia eles. Então, eles acharam de me convidar, para poder eu enfrentar o... Entendeu?

[RM] — *Ministro, só para a gente marcar, porque parece que tem muita coisa acontecendo na vida do senhor nesse mo-*

mento. O senhor era, ao mesmo tempo, promotor, prefeito e advogado do sindicato?

[LM] — Promotor...

[RM] — *Prefeito também.*

[LM] — Não, prefeito não.

[RM] — *Prefeito foi antes.*

[LM] — Prefeito foi antes. Eu era promotor e advogado do sindicato.

[RM] — *Então, depois de deixar a prefeitura de Monteiro, o senhor ingressou no Ministério Público de Pernambuco.*

[LM] — Certamente. Exatamente.

[RM] — *Por que o senhor escolheu o Ministério Público e como se dava o processo de seleção de promotores naquela época?*

[LM] — (silêncio) Eu preciso rememorar um pouco. Eu... Eu... De lá, de Monteiro, eu fui convidado para ser promotor em Brasília. Lá, eu fui convidado para ser promotor em Brasília. Quem me convidou foi (ainda hoje eu estava vendo) o filho do governador Agamenon Magalhães. O nome dele era Paulo Germano. E ele me convidou para eu ir. Ele tinha um juiz lá em Monteiro, foi quem me transmitiu o convite, e eu vim para Brasília, por esse motivo.

[FF] — *Para o Recife. Ou para Brasília?*

[LM] — Sim.

[LS] — *O senhor disse que foi convidado para ser promotor em Brasília.*

[LM] — Para ser...

[RM] — *Pernambuco tem uma cidade chamada Brasília? É isso?*

[LM] — Não. Brasília, a capital do país.

[RM] — *Porque tem outras Brasília. Como a gente aqui está falando de 1945...*

[FF] — *Quando o senhor ingressou no Ministério Público.*

[LM] — *No Ministério Público, ingressei lá em Brasília. Não (risos).*

[RM] — *As cidades, que nós temos, que o senhor atuou como promotor, foram: Serrita, Maraial, Gameleira, Igarassu, Paulista e Recife.*

[LM] — *É. Exatamente. Aí foi o meu itinerário como promotor. Concursado.*

[FF] — *Ah. Então, o senhor ingressa no Ministério Público por concurso?*

[LM] — *Por concurso.*

[FF] — *Ah. Essa que tinha sido a pergunta do Rafael.*

[RM] — *É. Foi via concurso que o senhor ingressou.*

[LM] — *Via concurso. Via concurso. Que eu fui designado. Nesse tempo, a coisa... Não havia muita justiça, e eu fui designado para, em primeiro lugar, para essa cidade...*

[RM] — *Serrita.*

[LM] — *Para Serrita. Serrita, que ficava perto de Salgueiro. Salgueiro, que é uma cidade central naquela região, que eu ia de lá... E, para viajar para lá, a gente tomava um caminhão, ia em cima de um caminhão até Serrita.*

[RM] — *O senhor, promotor de Justiça, viajava em cima de um caminhão.*

[LM] — *É, em cima do caminhão, porque não tinha outro meio de transporte.*

[RM] — *O que fazia um promotor de Justiça? Hoje, a Constituição de 88 dá uma certa... O que fazia um promotor de Justiça naquela época?*

[LM] — A mesma coisa. As atribuições... Basta dizer o seguinte. Eu fui para Serrita, e Serrita era dominada por um chamado coronel Chico Romão.

[RM] — *Chico Romão. Que é da mesma família Romão que o senhor mencionou aqui, em algum momento da entrevista.*

[LM] — Chico Romão. E o Chico Romão, então, me acolheu. Ele era um sujeito assim muito simpático, me acolheu. Ele tinha um olho meio fechado, que disse que, quando ele estivesse de olho aberto, tivesse medo dele. Então, ele me acolheu. Basta dizer que eu fiquei lá, não tinha propriamente o que fazer. Mas, então, ele... Houve um júri, um júri, e ele determinou (ele mandava em tudo) que um sujeito lá, um preso, fosse condenado pelo júri, para poder agradar o promotor. Entendeu?

[FF] — *E o promotor era o senhor.*

[LM] — É, era eu (risos).

[FF] — *E a que o senhor atribui ele ter mandado condenar esse réu para lhe agradar?*

[LM] — Porque ele era assim. Era uma espécie de dominação que ele fazia.

[FF] — *Diferente da cidade que o senhor atuou como advogado do sindicato, nessa cidade, o senhor tinha boas relações com Chico Romão.*

[LM] — Até certo momento. Porque depois, depois, eu fui desi... Por isso, que eu estive lá. Fui depois, quando houve uma briga entre duas famílias de lá, eu fui designado como promotor especial, e aí o Chico Romão se entregou de mim, porque eu comecei a atuar, ele mandou que eu saísse da cidade, essa coisa. E eu... Essa é a história de Serrita.

[RM] — *E, depois, Maraiial. O senhor tem alguma recordação?*

[LM] — É. De lá eu fui para Maraiial. Foi a minha segunda comarca. Lugar onde se produzia, se cultivava bananas compri-

das, bananas formidáveis, que eu trazia em pencas para minha família, e todo mundo adorava.

[RM] — *Algum caso, alguma pessoa marcou o senhor, especialmente, em Maraial? Ou não?*

[LM] — É (risos). É. O juiz que eu... Tinha um juiz, a gente dormia na mesma casa, e era... Não havia nada demais. Ele também trazia muita banana. Era a história dele (risos).

[RM] — *E Gameleira? Foi a próxima.*

[LM] — Que eram juntas. Maraial e Gameleira eram cidades vizinhas.

[RM] — *Igarassu é outra.*

[LM] — Igarassu é outra coisa. Igarassu já é na região central. É a cidade mais antiga do Recife. Igarassu. É o caminho da ilha de Itamaracá.

[RM] — *Alguma coisa o marcou em Igarassu, da sua atuação como promotor, alguma pessoa, algum caso ou algum evento?*

[LM] — Sim. Porque era uma cidade realmente histórica, uma cidade importante. E foi lá que eu comecei a aprender a comer crustáceos, que eu era do interior, não sabia. E o escrivão da época é quem preparava os crustáceos para eu comer.

[FF] — *Ministro, nessa época, o senhor trabalhava de paletó e gravata?*

[LM] — De paletó e gravata. Que não era possível o sujeito... Como eu estou aqui hoje [o ministro aponta para a vestimenta que utiliza durante a entrevista: terno e gravata].

[FF] — *Porque eu fico imaginando, o senhor contando essa do caminhão, por exemplo. Quando o senhor ia para Serrita, o senhor ia de paletó e gravata.*

[LM] — De paletó e gravata.

[FF] — *Em cima do caminhão, de paletó e gravata.*

[LM] — De paletó e gravata.

[FF] — *Falta aqui Paulista e Recife. Foram as últimas duas cidades em que o senhor atuou como promotor.*

[LM] — É. Paulista e Recife.

[FF] — *Como foi a experiência nessas duas cidades?*

[LM] — Paulista, eu já disse, eu fui advogado do sindicato dos trabalhadores. E atuei muito em defesa da classe trabalhadora. E mobilizei mesmo. E eles tinham grande estima por mim. E, depois, Recife, onde eu... Recife, onde eu completei essa... essa coisa. Trabalhei em Recife. Até, onde eu trabalhava, era onde é hoje o *Palácio do Catete*, lá em Recife. Palácio do Catete. Lá na parte interior do Palácio do Catete.

[FF] — *Palácio do Catete é no Rio.*

[LM] — Como? Mas eu estou falando no Rio. Eles perguntaram no Rio. Então foi lá no Rio que eu trabalhei no Palácio do Catete.

[RM] — *A gente estava terminando aqui a sua atuação como membro do Ministério Público em Pernambuco. Uma coisa importante. As nossas pesquisas indicam que o senhor, em 1951, se tornou presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco. O senhor foi presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco? O senhor tem essa recordação? Não.*

[LM] — Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, é. É verdade. É certo.

[RM] — *O senhor se lembra do que consistia a atuação da Associação? Eu sei que é muito detalhe que a gente pede para o senhor. Ou de como o senhor foi alçado à presidência dessa associação?*

[LM] — É por eleição. Eleição também.

[RM] — *Eleição. Os próprios membros do Ministério Público...*

[LM] — Presidente. Asserção dos membros do Ministério Público.

[FF] — *O senhor se lembra de como foi sua atuação à frente da Associação do Ministério Público?*

[LM] — [Silêncio] É. Como já disse, foi... asserção no Ministério Público de Pernambuco foi...

[FF] — *Ministro, deixa eu lhe fazer uma outra pergunta, que eu fiquei curioso. (Trocar a fita?) Vamos fazer uma pausa.*

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

Atuação como subprocurador geral do Estado; mudança para o Rio de Janeiro; atuação como procurador do CADE; atuação como assessor jurídico no Ministério do Interior; atuação como procurador da SUFRAMA; integra o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil

[FF] — *Retomando a entrevista. Nós fizemos uma retrospectiva da atuação do ministro como promotor de Justiça nas cidades de Serrita, Maraial, Gameleira, Igarassu, Paulista e Recife. Tínhamos parado para trocar a fita na pergunta do Rafael acerca da indicação do ministro para desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Pernambuco.*

[RM] — *Desculpa. Na verdade, um pouco antes. Na promoção do ministro a subprocurador geral do estado. O senhor foi subprocurador geral de Pernambuco. É isso?*

[LM] — É, fui subprocurador geral do estado. Porque era... Subprocurador geral do estado era um... Chamava-se subprocurador geral o procurador de Justiça junto ao Tribunal. É isso.

[RM] — *Então o senhor era o procurador de Justiça que atuava junto ao Tribunal de Justiça.*

[LM] — É, junto ao Tribunal.

[RM] — *Quem escolhia o procurador que iria atuar junto ao Tribunal? Era o próprio Tribunal? Ou era o Ministério Público?*

[LM] — *Era o Ministério Público que escolhia.*

[RM] — *Portanto, o senhor foi indicado pelos seus pares para atuar junto ao Tribunal.*

[LM] — *É verdade. É certo.*

[FF] — *E era uma eleição? O senhor se lembra se era uma eleição?*

[LM] — *Eleição. Era uma eleição.*

[FF] — *E como foi a indicação do senhor a desembargador, ao Tribunal de Justiça de Pernambuco?*

[RM] — *O senhor foi indicado em lista tríplice. 1958. Pelo que nós temos aqui. O senhor se lembra dessa indicação, da lista?*

[LM] — *É, me lembro.*

[RM] — *Quem era? Como era o processo de escolha da lista tríplice?*

[LM] — *Era por indicação dos pares. É.*

[RM] — *E o senhor não foi o escolhido.*

[LM] — *Não fui o escolhido. O escolhido foi outro colega. E que criou até um certo desgosto comigo, porque pensou que eu estava disputando com ele, e, realmente, eu não estava disputando. João Ribeiro. Não estava disputando. Daí, se criou um clima muito desagradável, e eu achei muito boa a oportunidade que eu tive de me deslocar para o Rio de Janeiro.*

[FF] — *Como foi, ministro, que o senhor foi para o Rio de Janeiro? Foi em função...*

[LM] — *Um convite do procurador geral da Fazenda Nacional, que era José Neves, José Cavalcanti Neves, que foi convidado e me disse que, se eu fosse como assessor dele, que ele aceitaria o cargo. E eu, prontamente, ainda me lembro, no próprio recinto*

do Tribunal, ele me disse isso, e eu disse: “Pode aceitar, porque eu vou com você”.

[FF] — *O José Neves era o quê, nessa época?*

[LM] — Ele foi designado procurador geral da Fazenda Nacional. Ele foi convidado pelo ministro...

[FF] — *Anotei aqui. Carvalho Pinto.*

[LM] — Exatamente. Muito bem. Carvalho Pinto.

[RM] — *Aqui em Pernambuco, antes de ir, o José Neves fazia o quê? Ele era advogado? Ele era desembargador?*

[LM] — Exatamente. Ele era... Não. Ele era procurador.

[RM] — *Procurador, como o senhor. E aí foram juntos para o Rio de Janeiro.*

[LM] — Fomos juntos para o Rio.

[FF] — *Qual é sua relação com José Neves? O senhor já o conhecia há muito tempo?*

[LM] — Muito tempo. É uma velha amizade, que persiste ainda. Ele está vivo ainda. E ainda persiste.

[FF] — *Os senhores ainda são amigos.*

[LM] — Somos amigos, é.

[FF] — *O senhor o conheceu no colégio, na Faculdade de Direito? O senhor se lembra quando é que os senhores se conheceram?*

[LM] — Não. Eu...

[FF] — *No Ministério Público?*

[LM] — Eu acho que foi, foi, talvez, na Casa do Estudante.

[FF] — *Na Casa do Estudante. Ah. Eu me lembro, mais cedo, na entrevista, o senhor disse que foi um dos seus colegas de diretório acadêmico, do movimento estudantil.*

[LM] — É, exatamente.

[FF] — *Então o José Neves convidou o senhor para ser assessor dele no Rio de Janeiro, o senhor vai.*

[LM] — Vou. Fui.

[FF] — *Como é que foi a chegada no Rio de Janeiro? O senhor já tinha ido ao Rio antes?*

[LM] — Não... Sabe que... Acho que... Não. Acho que foi a primeira vez que fui. E, para mim, foi um deslumbramento a cidade do Rio de Janeiro. Foi um deslumbramento.

[FF] — *Pelo tamanho?*

[LM] — Pela beleza, por tudo. Aí, você sabe [risos]. Você é do Rio e sabe.

[FF] — *E nós estamos falando do ano de 1963.*

[LM] — 73.

[RM] — *É 63, pelo que nós anotamos aqui. Logo em seguida, pelo que nós pesquisamos, o senhor teria atuado como procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

[LM] — Perfeito. O CADE.

[RM] — *Que também era ligado ao Ministério da Fazenda. Ou não?*

[LM] — Não, não era o Ministério da Fazenda. Não, não era o Ministério da Fazenda, não. O CADE era ligado à Presidência da República. O presidente do CADE... Quem era o presidente do CADE? Era Lourival Fontes. Era o presidente do CADE.

[RM] — *Por que o senhor saiu da Fazenda e foi para o CADE?*

[LM] — Por convite do Paulo Germano Magalhães, que era filho de Agamenon Magalhães e que apresentou... O Agamenon tinha apresentado um projeto, um projeto de uma lei antitruste,

que foi chamada pelo... foi chamada pelo... (ô, meu Deus, agora me esqueço) de lei Malaia. Quer dizer, lei Malaia porque era (risos) era a cara do Agamenon, a lei Malaia. Ele era... E foi, para mim, foi essa grande experiência que eu tive do Rio de Janeiro, de trabalhar nos desvãos do Catete.

[FF] — *De onde o senhor conhecia Agamenon? Já o conhecia?*

[LM] — Agamenon? Foi meu colega de turma. Meu colega de turma aqui, na Faculdade de Direito.

[RM] — *Em seguida, ainda no mesmo ano, o senhor se torna assessor-chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, MECOR.*

[LM] — Perfeito.

[RM] — *Que depois se transformaria no Ministério do Interior.*

[LM] — Exatamente. Eu fui... Chamava-se assessor jurídico, que foi... O ministro era...

[RM] — *Tenho na minha cola aqui. Oswaldo Cordeiro de Farias.*

[LM] — Cordeiro de Farias, exatamente. Ele me convidou para ser.

[RM] — *O senhor já o conhecia, o Cordeiro de Farias, anteriormente?*

[LM] — Eu conhecia daqui, Cordeiro de Farias, conhecia daqui, de Recife. O marechal Cordeiro de Farias.

[RM] — *Mas o senhor não tinha estudado com ele, nada disso.*

[LM] — Não, não. Acompanhei a vida dele aqui, que ele foi um sujeito muito interessante, aqui em Recife. Era um homem muito talentoso, muito competente. Marechal Cordeiro de Farias.

[RM] — *No que consistia a atuação do assessor jurídico nesse ministério, no Ministério do Interior? O senhor tem lembrança da rotina do seu trabalho?*

[LM] — Era atuação de assessor jurídico, de promotor, mesmo.

[RM] — *O senhor atuava sempre, diretamente, junto ao dr. Oswaldo Cordeiro de Farias.*

[LM] — *É. Marechal Cordeiro de Farias.*

[FF] — *Ministro, como o senhor descreveria seu cotidiano de trabalho no Rio de Janeiro?*

[LM] — Hem?

[FF] — *O cotidiano de trabalho no Rio de Janeiro. Como era o seu dia a dia? O senhor morava perto do Palácio do Catete, onde o senhor trabalhava? Como era?*

[LM] — Não era longe. Era perto. Era perto. Tinha um hotel que era uma referência para contatos meu com outros colegas. Era o hotel... Agora me esqueço o nome. Estou esquecido do nome. Mas que era onde eu me encontrava com colegas e pessoas lá no Rio de Janeiro.

[FF] — *Mas, nesse hotel... O senhor não dava expediente no hotel. Era para almoçar, encontrar, coisa assim.*

[LM] — Não. Era para encontros. Almoço, encontros, essa coisa.

[FF] — *Encontros sociais?*

[LM] — Sim. Encontros mais sociais.

[FF] — *O senhor se lembra quem eram os seus colegas no Rio de Janeiro? As pessoas que o senhor mais encontrava, quem eram seus amigos, com quem o senhor mais convivia?*

[LM] — Era... [silêncio]. Não. Não consigo lembrar do nome. Do fato eu me lembro, mas não, no momento, não me lembro do nome dele.

[RM] — *Pelas nossas pesquisas, em 69, o senhor foi designado procurador da Superintendência da Zona Franca de Manaus.*

[LM] — Sim.

[RM] — *Esse cargo era exercido também no Rio de Janeiro?*

[LM] — É, da Zona Franca de Manaus. Eu fui designado. E aí foi o próprio Ministério do Interior, o ministro, que fez a designação, para poder me atribuir uma melhor remuneração, porque o que eu ganhava era muito pouco. Então a SUFRAMA pagava mais, porque era livre para estipular honorários.

[RM] — *Entendi. E ao mesmo tempo o senhor passou a integrar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.*

[LM] — Fui do Conselho Federal da Ordem, justamente porque estava no Rio. Eu era do Conselho Estadual da OAB, e, como estava no Rio, passei a integrar o Conselho Federal.

[RM] — *O senhor tem recordação sobre o que se debatia no Conselho Federal, o que se discutia? Eram anos muito movimentados politicamente.*

[LM] — Certamente. Porque o que se pretendia era a abertura política, que nesse tempo era fechada, era a ditadura, que procurava se superar.

Posição política frente aos acontecimentos marcantes da época com o AI-5 e a influência destes na sua função de operador do Direito; relacionamento com o presidente Geisel; mudança para Brasília

[FF] — *Eu ia lhe fazer justamente essa pergunta. O senhor vai em 63 para o Rio de Janeiro. E nós não sabemos exatamente em que ano o senhor vai para Brasília. Se foi em 74, na Consultoria-Geral da República, 78, com a nomeação para o Supremo Tribunal. Seja como for, o senhor viveu um tempo particular no Rio de Janeiro. O senhor viveu o 64 no Rio de Janeiro, 68, o senhor estava no Rio de Janeiro. Como é que o senhor estava vivendo o contexto político do país, já no Rio de Janeiro?*

[LM] — [silêncio]

[FF] — *64, houve uma transição; 68, houve acontecimentos importantes, como o AI-5. Como o senhor vivenciou isso?*

[LM] — Eu segui a linha de... que promovia e procurava promover a abertura, abertura política do país. E, quando teve grande atuação, na época, Pontes de Miranda. Pontes de Miranda veio a fazer discursos e palestras no sentido de promover a abertura política.

[RM] — *O cotidiano do trabalho do senhor na Superintendência da Zona Franca, no Ministério do Interior, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ele era, de alguma maneira, impactado por esses grandes acontecimentos políticos ou não?*

[LM] — Sim. Eu estava envolvido neles.

[RM] — *Como é que o senhor descreveria o impacto que esses acontecimentos traziam para a sua atuação de prático do Direito, de promotor, de procurador? Como é que o senhor sentia esse impacto?*

[LM] — É positivo. Você sabe que, ainda em Brasília, eu fui consultor-geral da República.

[RM] — *Isso foi ainda em 64?*

[LM] — É. Do presidente Ernesto Geisel. Eu era consultor-geral da República. E, aí, eu... Que ele gostava, como dizia, gostava muito dos meus pareceres e aprovou, como dizia ele, todos os meus pareceres. Quando havia desfile, os desfiles militares, os cupinchas ficavam ali, em volta do presidente, e o presidente se voltava e dizia uma coisa para um, uma coisa para outro, e eu também era o cupincha ali (risos), e aí o presidente se voltou e disse: “Gostei muito dos seus pareceres”. E aí eu dei um parecer que eles não publicaram logo, porque era um parecer que defendia a abertura política, defendia. Este parecer, eles guardaram este parecer, porque este parecer... Ainda há pouco tempo eles rememoraram esse fato. Esse parecer foi do... Atendia ao... Esqueço do... Estou esquecido do nome do...

[RM] — *O senhor se recorda do fato?*

[LM] — *Me recordo do fato, não me recordo do nome.*

[RM] — *Esse parecer o senhor apresentou ao Geisel. Foi isso?*

[LM] — *Sim, o parecer que eu apresentei ao Geisel. Geisel deixou para publicar a aprovação dele quando eu fui para Brasília. Foi quando foi publicado, que foi então uma grande... grande acontecimento político, na oportunidade.*

[RM] — *O senhor tem conhecimento do processo que o levou a ser escolhido pelo ministro do Geisel como consultor-geral da República? Porque era um cargo de muito prestígio, é de se imaginar que houvesse muitos postulantes à posição.*

[RM] — *É, é verdade.*

[FF] — *O senhor conhecia o presidente Geisel em 74?*

[RM] — *O caso é o seguinte. O presidente... Quando o presidente Geisel tomou posse e veio, eles traziam a ideia de ter um consultor-geral, porque era um cargo muito importante. Mas esse consultor-geral que eles pretendiam não quis vir para Brasília, não quis ficar. Então, eles ficaram sem um consultor-geral. Aí, foi quando fizeram uma pesquisa, quem podia ser o consultor-geral da República, e foi nesse aspecto que o ministro Oscar... ministro Trigueiro, Oswaldo Trigueiro, sugeriu o meu nome para ser o consultor-geral da República, para ser adotado como consultor-geral da República. E daí é que veio a minha indicação. Eles fizeram uma pesquisa muito grande, essa coisa era um mistério enorme, telefonemas para cá, telefonema para lá, e daí foi como eu vim a ser o consultor-geral da República.*

[FF] — *E o senhor já conhecia o ministro Trigueiro?*

[RM] — *O Trigueiro eu conhecia, porque o Trigueiro é paraibano, é da minha origem.*

[FF] — *O senhor o conheceu no Rio ou antes?*

[LM] — Não. O conheci ainda na Paraíba.

[FF] — *Mas na infância, na faculdade, mais tarde?*

[LM] — Não. Já na maturidade.

[RM] — *O senhor teve alguma atuação profissional junto ao Triqueiro? Ou ele só o conhecia pessoalmente?*

[LM] — Não. Era esse o conhecimento. Era social.

[RM] — *E como é que o senhor descrevia o período da sua atuação na Consultoria-Geral da República? Como era o cotidiano do seu trabalho, a sua relação com o presidente Geisel e com outras pessoas desse círculo? Como é que senhor rememora isso?*

[LM] — É. Certamente. É. Isso aí era trabalho que eu... Toda semana, eu tinha de levar as matérias que eram submetidas ao meu estudo e parecer; submetidas, e essas matérias eram... é que eram aprovadas pelo Geisel; e, aprovadas, iam à publicação, quando convinha que fosse publicada.

[RM] — *O senhor se recorda, além do presidente Geisel, de outras pessoas com quem o senhor trabalhou proximamente durante o seu período de consultor-geral?*

[FF] — *O senhor tinha interação direta com o presidente Geisel? No cotidiano de trabalho, o senhor via o presidente?*

[LM] — Via o presidente. Cotidianamente, não. Era uma vez por semana, ia lá uma vez por semana, que era submetido. Antes passava pela triagem do Golbery do Couto e Silva e era conduzido ao Geisel.

[FF] — *Os pareceres do senhor, primeiro, eram examinados...*

[LM] — Pelo Golbery. Porque Golbery era como que um assessor do Geisel. Era a triagem que ele fazia.

[FF] — *Triagem entre o quê?*

[LM] — Triagem de... ver ali, de examinar e de... aquilo que ele devia levar ao Geisel, porque chegava lá, e ele já expunha ao Geisel de que se tratava.

[RM] — *O senhor mencionou que o Geisel nunca rejeitou um parecer do senhor. Alguma vez o Golbery pediu para o senhor mudar alguma coisa? Qual era o poder do Golbery sobre essa...*

[LM] — Não. Não. Quer dizer, poderia ele, talvez, fazer. Mas nunca fez.

[RM] — *Nunca fez.*

[FF] — *Ministro, o senhor já está em Brasília. A Consultoria-Geral da República, o senhor já está em Brasília. Então, quando o senhor foi para o Rio de Janeiro, o senhor falou que foi um grande deslumbramento com a cidade. E Brasília? O senhor já tinha estado em Brasília ou em 1974 o senhor vai pela primeira vez para Brasília?*

[LM] — Não. Brasília, nós passamos... a grande parte da nossa vida foi em Brasília. Porque, como consultor, como assessor do Ministério, como tudo, foi... a maior parte da vida foi em Brasília. Grande parte. Minha mulher diz, minha mulher, que está aqui, diz que a gente viveu mais tempo em Brasília do que em qualquer outra parte. Até mais do que aqui.

[FF] — *Mas a primeira vez que o senhor esteve em Brasília, o senhor lembra quando foi?*

[LM] — 1974. Não é, Leidi? Diga.

[RESPONDE A FILHA DO ENTREVISTADO] — Eu nasci em 73. Acho que vocês chegaram em 70.

[LM] — 70, não é? Está vendo? Ela nasceu lá.

[FF] — *E o senhor se lembra como foi a chegada em Brasília?*

[LM] — Brasília é uma beleza de cidade. A gente se encanta, porque é diferente de tudo. Hoje é modelo para as outras cidades. É

uma beleza mesmo. Quando eu fui para lá, quando fui consultor-geral da República, eu fui morar na península dos ministros. A península dos ministros era um negócio nobre de Brasília.

[FF] — *Do que se tratava a península dos ministros?*

[LM] — Península dos ministros. Chamada península dos ministros.

[RM] — *O que era a península dos ministros?*

[LM] — Península dos ministros é uma parte junto ao lago, onde ficam as maiores autoridades, o presidente do Senado, o presidente da Câmara dos Deputados, os ministros, ministro da Justiça, ministro tal, tudo ali em torno da chamada península dos ministros.

[FF] — *Ali ficavam os apartamentos funcionais.*

[LM] — Apartamentos funcionais. E casas. Casas.

[FF] — *O senhor foi para uma casa ou para um apartamento?*

[LM] — Eu fui para uma casa.

Indicação para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; sabatina; cerimônia de posse; montagem do gabinete

[RM] — *Ministro, e o STF? Como é que o senhor foi escolhido para o STF?*

[LM] — O STF... Eu fui escolhido para o STF...

[RM] — *Tenho aqui anotado, em 1978.*

[LM] — Hem?

[A MULHER E A FILHA AUXILIAM] — Você era consultor-geral da República, morreu um ministro do Supremo Tribunal, e você foi indicado para o cargo.

[LM] — Sim. O presidente Geisel...

[A MULHER E A FILHA AUXILIAM] — Você ficou no lugar de alguém.

[LM] — Pois é verdade. O presidente Geisel é quem me indicou para o Supremo Tribunal Federal. Houve, aliás, grande desgosto, porque entendia o pessoal de São Paulo que como se tratava do falecimento de um ministro originário de São Paulo, que devia ser alguém de São Paulo. Mas o Geisel não aceitou a ideia. Mandou fechar o assunto e me indicou para o Supremo, ser ministro do Supremo Tribunal Federal.

[RM] — *O senhor tem conhecimento de outras pessoas que nessa época, eventualmente, visavam também a essa vaga ou tinham expectativas de serem chamadas?*

[LM] — Sim. Aquela... Como é o nome daquela ministra? Aquela... Lembra, Leide, aquela ministra, aquela?... Não se lembra, não? Ela era de São Paulo. Estou falando de São Paulo.

[LEIDE] — Ah. A ministra que era de São Paulo.

[LM] — Sim. Que foi indicada e esperava ser indicada ministra.

[LEIDE] — É Ferraz.

[RM] — *Esther Figueiredo Ferraz.*

[LM] — Exatamente. Ela é que... E que foi um grande desgosto com isso. Mas o Geisel não aceitou essa.

[FF] — *E como o senhor soube que ela era postulante à vaga de ministro do STF?*

[LM] — Era notório. Era notório.

[FF] — *Como é que o senhor soube que o senhor era um dos cogitados a ser ministro do STF? Quem lhe deu a notícia? O senhor lembra?*

[LM] — Foi o próprio Geisel.

[FF] — *O senhor recebeu o convite do próprio Geisel.*

[LM] — Do próprio Geisel.

[RM] — *Antes de o senhor ser convidado pelo Geisel, o senhor tinha a expectativa de que isso pudesse acontecer, tendo em vista a sua atuação?*

[LM] — Não. Não. Que a gente até pensava em vir embora para cá. Minha mulher estava até preparando as coisas aqui, para a gente vir embora para cá. De maneira que foi um...

[LEIDE] — A gente tava até reformando a casa. Quando ele foi indicado, eu estava aqui, cuidando das coisas para a gente poder voltar.

[RM] — *E como foi a sua chegada ao Supremo Tribunal Federal? Como é que o senhor foi recebido? O senhor tem recordação de quem eram os seus colegas quando o senhor chegou? Como é que o senhor recorda da sua chegada, seu gabinete, montagem de equipe?*

[LM] — Ministros... Quando eu fui designado ministro do Supremo, já o Supremo tinha onze... tinha voltado a ter onze ministros. Porque um período aí, o Supremo, justamente por que o governo militar queria se livrar de certas coisas, tinha criado dezesseis vagas no Supremo Tribunal. Mas, aí, já ele desgostoso com a atuação dos que tinha criado, ele foi suprimindo. E estava... eram onze ministros. Eu fui indicado para uma dessas onze vagas.

[FF] — *O senhor já tinha se imaginado ministro do Supremo antes?*

[LM] — Hem?

[FF] — *O senhor, alguma vez, já tinha se imaginado no Supremo Tribunal Federal?*

[LM] — Não, não tinha imaginado. Eu pensava em voltar para cá.

[FF] — *Na época, não havia sabatina. Não é verdade, ministro?*

[LM] — Havia.

[FF] — *Havia? Como foi a sua?*

[LM] — A minha sabatina, eu fui sabatinado pelo ministro... pelo senador... senador do Rio Grande do Sul...

[LEIDE] — Brossard.

[LM] — Hem? Brossard. Ministro Brossard. E o ministro Brossard, que fazia parte do Partido Libertador, disse-me ele depois, muito constrangido, que foi obrigado, por imposição do partido, a suspender a aprovação do meu nome. É. Porque havia um candidato que era... Lembra, Leide, o nome dele? Que morava também numa...

[LEIDE] — Um que foi procurador geral da República?

[LM] — Foi procurador geral da República. É. Agora esqueço do nome dele.

[LEIDE] — A sua nomeação pelo presidente foi uma coisa... das coisas dos desígnios lá de cima. Porque foi uma morte inesperada do ministro Alckmin, e você, consultor-geral da República, daí ele tinha a maior consideração a você, aos seus pareceres, que sempre respeitou, e então se lembrou ele e... aquele assessor direto de Geisel... Golbery, Golbery e Geisel acharam que... a pessoa indicada para a vaga naquela época era ele [ministro Rafael Mayer], que eles conheciam (o trabalho) [Fora do microfone].

[LM] — Sim. Mas eu estou querendo lembrar é o nome do procurador geral, que morava também na península dos ministros...

[LEIDE] — Mas esse... Esse eu sei qual é. É...

[LM] — Foi ele que forçou o Brossard a atrasar a minha...

[LEIDE] — É. Que ele, também, eu acho que era do Rio Grande do Sul.

[LM] — Era do Rio Grande do Sul. Era do Partido Libertador. Foi o que o Brossard me disse. Brossard era do Partido Libertador. Ele era do Partido Libertador. Então, ele...

[FF] — *Ele chamava-se Néri da Silveira?*

[LM] — Não, não era Néri da Silveira, não. Néri da Silveira foi muito depois. Não, não era o Néri da Silveira, não.

[FF] — *Então, o que se lembra da sabatina efetivamente foi da atuação do então senador Paulo Brossard.*

[LM] — Paulo Brossard.

[FF] — *Atrasou, mas o senhor acabou sendo aprovado pelo Senado.*

[LM] — É. Mas tardiamente. Porque houve, aliás, uma interferência, até curiosa, do José Neves.

[RM] — *No sentido de agilizar.*

[LM] — Exatamente. Zé Neves. José Neves telefonou para o Brossard, era conhecido dele, e disse: “Que é isso, Brossard, o que é que está havendo aí?”. E o Brossard, então, chegou, disse: “Ah, não sabia... coisa, etc...”. E abreviou a minha aprovação.

[FF] — *Aprovado, o senhor se torna ministro do Supremo Tribunal Federal. Alguma lembrança da cerimônia de posse?*

[LM] — Não. Porque no Supremo, quando o sujeito toma posse, não há cerimônia nenhuma no momento da posse. O sujeito é trazido e chega, não se diz nada. Agora, no salão vizinho, é que há uma homenagem. E eu fui saudado, então (não sei se Leide se lembra), no salão vizinho, eu recebi uma saudação de... (Não se lembra, não?)

[LEIDE] — Na posse de ministro?

[LM] — Na minha posse.

[LEIDE] — Falou o representante, o representante da OAB... E aí foi. O Correinha, aqui, que não sei se ele era presidente na épo-

ca, nos conhecia... Correinha também discursou. Essas coisas. Mas não no salão. Foi fora do salão [Fora do microfone].

[LM] — É. Não. Não era no... Era no salão vizinho. Exatamente.

[FF] — *Correinha quem era? De quem se trata?*

[LEIDE] — Correinha? Correinha é um advogado aqui do Recife, que eu conheço desde menina e Luiz Rafael também.

[LM] — É. Joaquim Correia, não é?

[LEIDE] — Eu acho que ele foi presidente da Ordem aqui.

[LM] — Foi presidente. Correia. Chamado Correinha.

[RM] — *Ministro, chegando no STF, imagino que a primeira providência de um ministro recém-chegado seja montar a sua equipe, assessores, funcionários do seu gabinete. Como é que foi a escolha da sua equipe? Quem o senhor levou para trabalhar com o senhor?*

[LM] — É. Eu atendi o ministro Cordeiro Guerra, que me antecedeu, pediu para que eu mantivesse uma assessora dele, que era Itis do Espírito Santo, que foi assessora dele, e eu mantive. E, realmente, era uma pessoa muito competente. E, depois, também, eu designei como secretária a Marli, que era casada com o comandante.

[LEIDE] — Marli era sua secretária particular.

[LM] — Particular.

[LEIDE] — E tinha a Marlene, que era... Marlene, Itis, não sei quem mais.

[LM] — Exatamente.

[RM] — *Quantos assessores jurídicos um ministro tinha à época?*

[LM] — Quatro.

[RM] — *Quatro. Então uma, o senhor atendeu a indicação de outro ministro, aceitou a indicação...*

[LM] — Cordeiro Guerra.

[RM] — *Cordeiro Guerra. Os outros três...*

[LEIDE] — Itis, Marlene...

[LM] — É, exatamente. Marlene, Itis, Marlene, eu escolhi Marlene, que foi indicada também por alguém deles lá. Marlene e Marli, que era casada com o comandante da Polícia Militar de Brasília, e é o que eu me lembro.

Discorre sobre a mudança para a função de juiz que até então não havia exercido; discorre sobre o funcionamento do tribunal e sobre quais matérias eram efetivamente discutidas em plenário e quais eram tratadas "intramuros"; independência do STF frente ao Executivo; criação do STJ

[RM] — *E a atuação de ministro, o ofício da judicatura propriamente, como é que se dava?*

[FF] — *É verdade. Pela primeira vez, o senhor é magistrado. Até então, o senhor já tinha atuado como advogado, como promotor, como consultor, no Executivo, mas, pela primeira vez, o senhor é magistrado.*

[LM] — É verdade. Magistrado.

[RM] — *Como foi essa mudança profissional?*

[LM] — Bom. O magistrado é a atividade mais nobre possível. Não tem a menor dúvida de que ser juiz é a atividade mais nobre que pode acontecer na vida da pessoa.

[RM] — *E como eram as relações entre os ministros, tanto socialmente quanto profissionalmente?*

[LM] — Naquela época, muito boas. Havia muita cordialidade, muita... Se frequentavam. Também as famílias se frequentavam. Tinha um ministro que me antecedia, que era o ministro

Munhoz, do Rio Grande do Sul, frequentava a nossa casa, a esposa dele era amiga de minha mulher.

[RM] — *Profissionalmente, no exercício da função de ministro, como eram os debates sobre teses jurídicas, as tomadas de posições? Os senhores só discutiam no plenário ou discutiam também fora de plenário? Como era a deliberação jurídica no Tribunal?*

[LM] — Bem. Havia o debate no plenário. Agora, alguns assuntos se deliberavam reservadamente. De uma maneira errada, havia alguns assuntos que eram deliberados intramuros.

[RM] — *Por que o senhor diz que isso é errado?*

[LM] — É errado, porque isso aí, houve um período... Eu acho que tudo deve ser público, como é hoje. Hoje, não se pode pensar em alguma coisa que seja... Porque o direito à informação, hoje, é reconhecido pela Constituição.

[FF] — *Quando o senhor diz intramuros, quais são os muros?*

[LM] — Intramuros era reservadamente. Quer dizer, era o que ninguém assistia, só os próprios ministros participavam.

[FF] — *Mas era plenário ainda assim.*

[LM] — Não. Era... Intramuros, eu digo, era numa sala adequada.

[RM] — *Os assuntos que eram debatidos dessa forma reservada eram os assuntos que diziam respeito a casos ou assuntos que diziam respeito a aspectos, por exemplo, de organização do Tribunal ou administração?*

[LM] — Tudo, tudo isso era cogitado. Mas eram mais casos, para ver se aquele caso devia ou não ser considerado para ser julgado.

[RM] — *Por quê, ministro? Havia casos que os senhores achavam por bem não julgar?*

[LM] — Que não fosse público, porque era um assunto... delicado, na época.

[RM] — *E esse debate prévio visava, então, a que o caso, quando fosse apresentado em plenário, não fosse objeto de polêmica explícita. É isso?*

[LM] — *Pode-se entender assim. É. Pode-se entender assim.*

[FF] — *Ministro, o senhor se lembra, em geral, quais temas eram tratados nesses casos, qual era a natureza desses casos, esses intramuros?*

[LM] — *Hoje, a Constituição só admite que seja levado a julgamento pelo Supremo a chamada questão relevante. Hoje. Mas, naquela época, era mais ou menos parecido o que se fazia, se aquela questão devia ser considerada para ser julgada.*

[RM] — *E, quando os senhores entendiam que uma questão não tinha relevância para ser tratada ali no Supremo, como é que os senhores dispensavam o caso? Largava-se lá?*

[LM] — *Não levava. Arquivava. É. O negócio era... não era correto. Digo hoje que não era correto.*

[FF] — *Mas o que eu lhe pergunto, ministro, é que havia casos que publicamente os senhores arquivavam, havia outros que eram tratados intramuros, como o senhor disse. Esses que eram tratados intramuros imagino que havia uma triagem prévia, quais vão para plenário, quais vão ser intramuros. O que eu lhe perguntei é se o senhor se lembra qual era mais ou menos a natureza de um caso para que ele fosse tratado intramuros. Que tipo de casos eram tratados intramuros?*

[RM] — *Que tipo de caso os senhores diziam: isso aqui não vamos levar a plenário?*

[FF] — *Quais eram as matérias? Era em função da matéria, era em função das partes? O senhor se lembra?*

[LM] — *Era em função...*

[LEIDE] — *Das matérias.*

[LM] — Hem?

[LEIDE] — Das matérias (risos).

[LM] — Das matérias (risos). Era em função das matérias. Minha assessora aí... (risos). Era em função das matérias.

[FF] — *Nessa época, eu imagino, tendo matérias sensíveis, havia ou não havia, ou em que medida havia e em que medida não havia, uma interferência do Executivo no trabalho do STF? Isso acontecia?*

[LM] — Ah. Isso não. Não. O Supremo sempre atuou com muita independência. Muita independência. E é uma coisa que se verifica até hoje, essa independência do Supremo. Quer dizer, juízes como esse que está sendo... está julgando, o chamado ministro...

[RM] — *Joaquim Barbosa.*

[LM] — O Joaquim Barbosa, ele foi indicado pelo Poder Executivo, mas a independência dele é total. Não está recebendo nenhuma influência.

[RM] — *A gente pode dizer que o Supremo tinha independência por duas razões diferentes. Uma é porque o Executivo, eventualmente, não tentasse interferir no Supremo; outra é porque o Executivo, mesmo que tentasse, o Supremo e os seus ministros não aceitariam a interferência.*

[LM] — Não, o Supremo não aceitaria.

[RM] — *Havia tentativas que o Supremo não aceitava ou nem havia tentativas de interferência?*

[LM] — Não, acredito que nem havia tentativas. Eles respeitavam.

[RM] — *O senhor, pessoalmente, nunca viveu nenhuma situação de constrangimento provocada pelo Executivo.*

[LM] — Não. Não. Essa coisa... Isso aí, acho que não.

[RM] — *Durante o seu tempo de ministro do Supremo Tribunal Federal, o quê, da sua atuação como ministro, o marcou? Casos*

que o senhor se lembre, episódios. Que memória o senhor traz da sua atuação?

[LM] — Olha. Na verdade, na verdade, a atuação no Supremo, a minha atuação no Supremo foi antes da separação entre... do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça. Foi então que se fixaram aquelas competências. Antes dessa separação, o Supremo era muito mais poderoso, porque ele julgava tudo. E, com a criação do STJ, do Superior Tribunal de Justiça, a parte relativa às leis foram tiradas da competência do Supremo.

[RM] — *Quando essa alternativa institucional de separação da competência do Supremo para um outro tribunal superior, que depois veio a ser o STJ, foi cogitada, como é que os ministros que ocupavam a corte viram essa proposta? O senhor foi favorável?*

[LM] — Ah, sim. Eu fui favorável e lutei por isso. Mas houve certa reação, porque alguns ministros queriam que fosse mantida essa coisa, que não fosse feita essa separação.

[RM] — *Hoje, quase vinte e cinco anos após a Constituição, o senhor julga que essa separação foi um acerto?*

[LM] — Acerto absoluto.

[RM] — *Por quê?*

[LM] — Porque... Justamente por isso, porque o... a sobrecarga que o Supremo tinha foi aliviada com a criação de um novo tribunal e também porque o Supremo ficou como uma corte mais constitucional, puramente constitucional. Que, aliás, o modelo existe até internacionalmente. Porque na Alemanha é assim.

[FF] — *Vamos fazer uma pausa.*

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

Atuação no Superior Tribunal Eleitoral; influência na Constituinte; relação entre o STF e o Senado; adequação do STF à CF de 1988; atuação no STF; atuação acadêmica; atuação nos Ciclos Operários de Pernambuco; vida religiosa

[FF] — *Voltamos à entrevista com o ministro Rafael Mayer. Antes de retomar efetivamente a entrevista, eu gostaria de fazer um adendo e dizer que estão também presentes aqui na sala a senhora Leide Mayer, esposa do ministro, e a senhora Rafaela Mayer, filha do ministro. Então, retomando, ministro. Nós paramos na sua atuação, como ministro do Supremo, na Justiça Eleitoral. O senhor atuou no Superior Tribunal Eleitoral. O senhor tem memória de como foi essa experiência?*

[LM] — Certo. Eu... Erradamente, o Tribunal Supremo Eleitoral, quem fosse ministro do... chegasse a vez de ser ministro do Tribunal Superior Eleitoral tinha de... tinha de... renunciar à presidência. No caso, o ministro... quem me antecedeu no Tribunal Eleitoral foi o ministro Décio Miranda. E o ministro Décio Miranda, como ele...

[LEIDE] — Adoeceu.

[LM] — Como, Leide?

[RM] — *Adoeceu. Ela disse que ele adoeceu.*

[LM] — É, adoeceu e teve de se aposentar. Ele se aposentou. E fui à presidência do Superior Tribunal Eleitoral, mas por um breve tempo, substituindo o ministro Décio Miranda.

[FF] — *Anos 70, início dos 80, como foi atuar na Justiça Eleitoral justamente nesse período?*

[LM] — [silêncio]

[RM] — *O senhor tem recordação, por exemplo, dos processos eleitorais importantes que o senhor participou, o impacto, se é*

que houve, do movimento das Diretas, como é que isso se fazia sentir no Tribunal, se é que se fazia?

[LM] — *É. Não. Sabe, aí é muito esforço, eu não me lembro realmente dos processos que tenha participado.*

[FF] — *Deixa eu lhe fazer uma pergunta um pouco mais abrangente sobre a sua atuação no Supremo. Qual foi o momento mais marcante da sua atuação no Supremo Tribunal Federal? Escolher um momento – esse foi o mais marcante – qual seria?*

[LM] — [silêncio] Houve um momento em que... a primeira e a segunda turmas foram presididas, simultaneamente, por mim e pelo ministro Djaci Falcão, ambos procedentes de minha terra natal, de Monteiro.

[FF] — *O senhor presidia a primeira, o ministro Djaci presidia a segunda.*

[LM] — *A segunda.*

[FF] — *Então o Supremo era presidido... por monteirenses.*

[LM] — *Certo. Por Monteiro (risos). É verdade.*

[RM] — *Ministro, e a chegada da Constituinte? A abertura da Constituinte, isso foi um processo importante. Como é que o senhor recorda isso?*

[LM] — *É. Ulysses Guimarães teve uma grande abertura para o Supremo, sempre considerou o Supremo, sempre procurava me ouvir, e eu tive, mesmo, muita influência. Eu tinha até um ministro designado para representar o Supremo na Constituinte, que foi o ministro Sidney Sanches. Era lá designado. E tudo isso graças ao velho Ulysses Guimarães, que era uma figura extraordinária.*

[FF] — *Como o senhor conheceu dr. Ulysses?*

[LM] — *Ora, Ulysses, Ulysses Guimarães, um sujeito... Conhecia, porque ele era uma figura importante no Senado, e*

o Supremo sempre teve relação com o Senado; e daí é que houve o conhecimento.

[FF] — *Como era a relação entre o Supremo e o Senado?*

[LM] — Era boa. Porque... Boas relações, porque o Supremo dependia do Senado para várias coisas. Várias coisas, dependia a aprovação dos ministros, essa coisa toda. Então havia muito relacionamento do Supremo.

[FF] — *Em particular durante a Constituinte, porque aí já entra realmente no foco do interesse da nossa pesquisa, o senhor poderia nos dizer com mais detalhes como se deu esse relacionamento entre o Supremo e o Senado durante o processo da Constituinte? Os atores envolvidos, o senhor, o ministro Sidney Sanches, o senador, Dr. Ulysses.*

[LM] — Sim. Mas era essa atuação mesmo. Quer dizer, a frequência, a gente frequentava, eu ia sempre lá, sempre me encontrava com o Ulysses, eu, pessoalmente, Sidney Sanches estava permanentemente lá. De maneira que era uma coisa permanente.

[RM] — *Os senhores chegavam ao detalhe de debater assuntos jurídicos e como eles apareceriam na Constituição?*

[LM] — Perfeito. Assim que se fazia.

[RM] — *E como era essa dinâmica? O Ulysses trazia uma dúvida ao Supremo ou levava uma proposta ou o Supremo levava uma proposta ao Ulysses?*

[LM] — Não. É. Nós íamos a ele. Quer dizer, o Ulysses também foi, várias vezes, na minha casa.

[RM] — *Para discutir a Constituição?*

[LM] — Para discutir a Constituição.

[RM] — *E também o Supremo tinha o seu emissário lá, Sidney Sanches, que levava as propostas.*

[LM] — Sim, está certo. Era realmente uma... [via] de duas mãos.

[FF] — *O senhor se lembra de algum tópico específico de conversa com dr. Ulysses? O senhor se lembra de alguma demanda específica que o dr. Ulysses lhe fez, algum ponto específico da Constituição que ele pediu sua opinião?*

[LM] — Sim. Ele perguntou, uma vez, se devia indicar o... o... se devia indicar... Como era?... Que eu sugeri até que ele indicasse para o lugar que ele pretendia, que indicasse o... Eu estou... Agora, eu estou um pouco perdido em matéria de nome. Depois, eu posso me lembrar e digo a vocês.

[RM] — *A senhora se lembrou de alguma coisa?*

[LEIDE] — Eu tenho uma certa lembrança de alguma coisa... Você estava muito interessado na situação. Você foi muito solicitado por Ulysses. Ulysses ia lá em casa e tudo, (isso eu me lembro) e...

[LM] — É. Ulysses foi e me perguntou se devia indicar para... assim, dar um apoio a ele lá na Constituinte, um sujeito lá de São Paulo, e eu desaconselhei ele fazer isso. Mas agora não me lembro do nome dele.

[FF] — *Era alguém a ser nomeado?*

[LM] — Não. Designado.

[FF] — *Designado para uma função.*

[LM] — Para uma função de dar apoio. Então o Ulysses achou muito interessante até quando eu disse a ele, eu disse a ele que achava melhor que ele indicasse outro, e ele então achou muito interessante, aceitou, e disse até que aquela pessoa que eu estava lembrando em primeiro lugar era chamado de... Meu Deus! Agora me esqueço o nome dele. Era... Me esqueço.

[FF] — *Mas, então, o senhor não era necessariamente solicitado para assuntos técnicos do Direito, o senhor opinava sobre vários assuntos.*

[LM] — Sim. Era aquela atuação. Era um ofício de mão dupla entre o Supremo e a Constituinte.

[FF] — *Algum assunto propriamente jurídico que o senhor tenha lembrança? Algum assunto que tocasse mais respeito à técnica ou mesmo a... Algum assunto que não fosse político? Que não fosse a nomeação de alguém? O senhor tem memória?*

[LM] — Sim. Era isso mesmo. Eram os assuntos jurídicos e políticos. Não se fazia muita distinção.

[RM] — *Como é que o senhor e o Supremo, enfim, todos os ministros se portaram quando a Constituição foi aprovada e não havia ainda ganhado vigência? Qual foi a posição do Tribunal, dos ministros em relação a suas manifestações públicas no tocante àquela nova Constituição, que logo passaria a ser a matéria-prima do trabalho dos senhores, porque o Supremo passaria a ser o guardião daquela nova Constituição?*

[LM] — É. A maioria do Supremo – a maioria, porque houve resistência – a maioria do Supremo aceitou completamente e concordou com aquelas modificações que tinham ocorrido.

[FF] — *Uma minoria. Isso significa que alguns não aceitaram a nova Constituição.*

[LM] — Resistiram um pouco. Acharam que era...

[RM] — *Em relação a quê houve resistência?*

[LM] — Queriam, por exemplo, essa coisa, esse assunto que eu falei com vocês, dessas decisões que eram intramuros, eles queriam que permanecessem. Que houvesse isso.

[FF] — *Depois da Constituição, acabou o julgamento intramuros?*

[LM] — Acabou. Felizmente.

[FF] — *Que mais mudou na dinâmica decisória do Supremo com a nova Constituição? Essa é uma mudança relevante. Existiam julgamentos que não eram públicos. Isso acabou.*

[LM] — Ah, sim. É relevante. Ah, sem dúvida. Sem dúvida que hoje a Constituição é notável documento.

[FF] — *Hoje, eu, o Rafael, o Leonardo, nós fizemos faculdade de Direito, nós aprendemos a Constituição de 88. Então, parece que a gente já nasceu num mundo onde a Constituição de 88 já está aí, a gente nasceu dentro do mundo da Constituição. O senhor era ministro do Supremo quando ela passou a vigor. Pergunto ao senhor: o que mais mudou com a Constituição de 88, além dessa, que é relevante, que é o fim dos julgamentos intramuros? Que outras mudanças o senhor testemunhou?*

[LM] — Mas são essas mudanças, mesmo, que eu dei. Hoje, a abertura, a positividade da Constituição é uma coisa extraordinária e completa, plena, inteiramente.

[FF] — *Do ponto de vista da dinâmica do julgamento, a maneira de organização do Supremo, o senhor se lembra de alguma mudança? Os poderes do presidente, a dinâmica dos votos, a competência do Supremo Tribunal Federal...*

[LM] — É. São essas que eu já chamei atenção, que vieram com a criação do Superior Tribunal de Justiça, dividindo as atribuições. Isso aí foi a pedra de toque da nova Constituição.

[RM] — *Eu ia encaminhar para a conclusão. Não sei se tem mais alguma coisa que você queira.*

[FF] — *Para a conclusão? Não. Tem. Eu gostaria de perguntar ao senhor, ministro, dentre os casos que o senhor julgou ou dentre os casos que o senhor foi relator, se o senhor tem algum que guarda especialmente na memória. Qual seria o caso mais relevante que o senhor julgou como ministro do Supremo? Seja como relator, seja como revisor, seja como vogal. O senhor teria um caso para dizer qual seria o mais relevante?*

[RM] — *Ou o que mais marcou o senhor.*

[LM] — O caso que eu acho, que eu julguei, mais relevante foi um caso em que se discutiu o problema da... Como é que se pode dizer? Se discutiu o problema, que foi posto em pauta, da... da...

[FF] — *Receptação telefônica?*

[LM] — Não. É...

[RM] — *Temos aqui a lista de alguns casos. Caso BNH, que o senhor atuou; questão da fidelidade partidária... Aqui, já é a Constituição antiga. Da nova Constituição, habeas data...*

[LM] — Não, não era...

[RM] — *Aplicabilidade dos novos dispositivos constitucionais, quais tinham aplicabilidade imediata.*

[LM] — É. Isso aí foi defendido. Foi defendido da tribuna que o Supremo devesse julgar, porque tinha tido maioria de votos, todas as matérias relativas a essa questão da... Isso foi sustentado pelo advogado dr. José Paulo Cavalcanti, do Recife, que defendia essa ideia. E eu me lembro que rebati. E ele achou... se sentiu vencido na hipótese, me disse ele depois, que eu sustentei que aquela tese dele, embora houvesse uma maioria, mesmo que houvesse uma maioria, essa maioria não era uma maioria simples, tinha de ser uma maioria qualificada, porque se não, se não fosse assim, estava se reformando implicitamente a Constituição, emendando a Constituição, sem que houvesse esse direito. Eu acho que esse foi o julgamento mais relevante de que eu participei.

[RM] — *Ministro, o primeiro dia fora do Supremo, o senhor se lembra como foi? Um dia depois de o senhor ter se aposentado do Supremo.*

[LM] — Eu me aposentei... Quando eu me aposentei do Supremo... Eu já estava aqui, não é, Leide? Não? Lá [risos]?

[LEIDE] — A gente ainda passou vários anos em Brasília. Porque a gente só voltou para cá quando Rafaela quis voltar para cá. Voltar não, porque ela nasceu lá, mas...

[LM] — É, é isso mesmo. Eu me aposentei, mas, no dia seguinte à aposentadoria, eu fiquei atuando lá como parecerista, como... essa coisa.

[LEIDE] — É. Ele deu, até pouco tempo, ele dava pareceres aqui. Mais ou menos de um ano para cá, é que ele deixou.

[LM] — É, muitos pareceres, é. É, é verdade.

[FF] — *Saudade do Supremo, ministro?*

[LM] — Olha... Eu fui agora... Houve, agora, há pouco tempo, nós fomos a Brasília, porque houve uma homenagem do Supremo aos ministros aposentados. Então, realmente, ali, eu tive oportunidade de rever aqueles antigos colegas e me foi muito grato, muito grato. Eu posso dizer que tenho saudade do Supremo.

[RM] — *Como é que o senhor observa hoje a atuação do Supremo Tribunal Federal? O senhor mencionou um caso, o relator de um caso, então, imagino, o senhor acompanha a atuação do Supremo. Como é que o senhor, hoje, avalia a instituição, a sua atuação?*

[LM] — É. Aí eu prefiro não dizer, porque estou julgando pessoas vivas.

[RM] — *Eu pedi ao senhor uma avaliação da instituição. Como o senhor vê o funcionamento da instituição.*

[LM] — É. Mas é isso que eu digo. Eu teria de fazer... Eu já disse em relação à atuação do ministro Joaquim Barbosa, que tem sido uma atuação realmente brilhante. Mas não queria descer a maiores detalhes, porque aí já estou entrando em julgamentos individuais. O que não devo fazer.

[FF] — *Então, depois que se aposentou, a sua atuação foi, basicamente, como advogado parecerista.*

[LM] — Sim.

[FF] — *Basicamente, dando pareceres. O senhor não atuava em processos contenciosos?*

[LM] — Não, contenciosos, não. Era pareceres. Foi sempre minha atividade, foi essa, parecerista. Contencioso não, não me agrada.

[FF] — *Existem dois pontos, que o Leonardo levantou no último intervalo, que são interessantes. Nós não falamos aqui sobre uma dimensão acadêmica da sua carreira. O senhor deu aula, o senhor escreveu livros, artigos? O senhor atuou como professor de direito?*

[LM] — É, eu atuei, por breve tempo, como professor aqui em Recife, na Faculdade de Economia, eu atuei como professor, e também na Faculdade Católica, eu atuei como professor, por um breve tempo.

[FF] — *Católica de Recife.*

[LM] — É, por um breve tempo.

[FF] — *Em Brasília, não.*

[LM] — É em Brasília.

[LEIDE] — Aonde?

[LM] — Brasília.

[LEIDE] — Não foi aqui?

[LM] — Sim. Não. Mas ele perguntou se em Brasília...

[FF] — *Se o senhor deu aula em Brasília.*

[LEIDE] — Hã?

[RM] — *Se ele foi professor em Brasília ou só aqui em Recife.*

[LEIDE] — Só aqui.

[LM] — Sim, é.

[FF] — *Leonardo, em relação aos ciclos?...*

[LS] — *Pois é. De 1955 a 1963, o senhor foi diretor de Estudos Sociais, da Federação dos Ciclos Operários de Pernambuco. Tenho curiosidade de saber o que significava isso.*

[LM] — Sim, é verdade. É verdade. Os Ciclos Operários são uma organização muito interessante de apoio aos operários católicos. E eu tinha uma ligação muito grande com sacerdotes católicos que atuavam nesse sentido; sobretudo, um chamado padre Costa Carvalho, que dependia muito de mim e pedia muito o meu apoio, essa coisa toda. Isso aí eu me lembro bastante.

[FF] — *Padre Costa Carvalho. Um padre que o senhor conheceu durante o seu colégio ou depois? Quando o senhor estudou lá no Salesiano?*

[LM] — Não. Não, não. Depois.

[FF] — *Deixa eu aproveitar a pergunta do Leonardo para perguntar como era sua vida religiosa. O senhor era um católico praticante?*

[LM] — Eu sou católico praticante.

[FF] — *Até hoje.*

[LM] — Até hoje.

[FF] — *E, hoje, o senhor mantém relações com padres ligados a movimentos operários?*

[LM] — Certo.

[FF] — *Ainda hoje?*

[LM] — Ainda hoje.

[FF] — *Rafael, não sei quanto a você, mas eu acho que já...*

[RM] — *É. Ministro, alguma coisa que nós tenhamos deixado passar, que o senhor queira falar?*

[LM] — Não. Vocês fizeram tudo. Vocês não me deixaram nada por esclarecer (risos). Vocês fizeram... puxaram, mesmo, tudo (risos). Está tudo bem.

[FF] — *Ministro, para finalizar nossa entrevista, eu queria saber se o senhor gostaria de deixar uma mensagem final. O senhor gostaria de deixar uma mensagem final aqui, na nossa entrevista?*

[LM] — A respeito, eu, realmente, eu estive à disposição de vocês, que vieram aqui, que me inquiriram com muita competência, com muita dignidade, com muita... Então, eu quero agradecer realmente a presença de vocês e a maneira como vocês atuaram, que foi muito digna e muito correta.

[RM] — *Ministro, nós é que agradecemos.*

[FF] — *Nós é que agradecemos, em nome da Direito Rio, da Direito GV e do CPDOC, enfim, da Fundação Getúlio Vargas. Eu queria que o senhor soubesse que, para nós, é uma imensa honra contar com seu depoimento aqui no nosso projeto. E que o senhor agora faz parte da memória viva do Supremo Tribunal Federal. Muitíssimo obrigado.*

[LM] — Obrigado a vocês.

[FF] — *Está encerrada a entrevista.* 

5

Equipe do Projeto

COORDENAÇÃO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha

CONSELHO CONSULTIVO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha
Joaquim Falcão
Oscar Vilhena Vieira
Celso Castro
Mário Brockmann Machado
José Reinaldo de Lima Lopes
Diego Werneck Arguelles
Pedro Abramovay
Daniel Vargas

EQUIPE FGV DIREITO RIO

PESQUISADOR

Fernando Fontainha

ASSISTENTES DE PESQUISA

Carlos Victor Santos
Fábio Almeida
Izabel Nuñez
Leonardo Sato

BOLSISTAS

Alexandre Neves Jr.
Amanda Martins
Gabriela Maciel
Júlia França
Luciana Frattini
Márcia Goldman
Thiago Filippo
Verônica Otero

EQUIPE FGV DIREITO SP

PESQUISADOR

Rafael Mafei

ASSISTENTE DE PESQUISA

Thiago Acca

BOLSISTAS

Bárbara Gama
Jullian Melo
Thiago Megale

EQUIPE CPDOC

PESQUISADORES

Angela Moreira
Christiane Jalles
Marco Vannucchi

ASSISTENTE DE PESQUISA

Fabília Guimarães

BOLSISTAS

Hugo Anciães
Ivan Albuquerque
Pedro Saliba
Yasmin Curzi

Este livro foi produzido pela FGV DIREITO RIO,
composto com as famílias tipográficas Corbel
e Sentinel e impresso em papel pólen bold pela
gráfica J. Sholna em 2015.



O Ministro Rafael Mayer foi entrevistado pelos pesquisadores Fernando Fontainha, Rafael Mafei e Leonardo Sato, em 01 de outubro de 2012, na sua residência, no Recife.

ISBN 978-85-63265-43-2



9 788563 265432 >



ASSISTA AQUI AO
VÍDEO DA ENTREVISTA!